

# Sai às quintas **ZAMBEZE** ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Comercial

## ZAMBEZE

### Abertas assinaturas para 2021

#### TABELA DE PREÇOS

PERÍODO		
TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
2.300,00MT	2.900,00MT	4.450,00MT

MAIS INFORMAÇÕES

Cell: (+258) 82 30 73 450 | (+258) 84 56 23 544  
Email: zambeze.comercial@gmail.com

Director: Ângelo Munguambe | Editor: Egídio Plácido | Maputo, 17 Setembro de 2020 | Ano XIV | n° 922

50,00MT

## Sucessivas mudanças da tutela **Politiquices baralham ensino superior**



Quer ser inquilino da Ponta Vermelha que o pai não conseguiu ocupar

# Dhlakama Aventureiro

● “Para o país e para os moçambicanos, é benéfico na medida em que é uma nova esperança num país que já desistiu de mudar” - *Henriques Dhlakama*

● “Henriques está fazendo, sem consciência, o plano que seria do SISE. Em suma, sem saber, é o melhor agente da secreta do regime actualmente”

## Terror em Cabo Delgado

### AI confirma barbárie



As aventuras da dinastia

# Filho de Dhlakama ambiciona Ponta Vermelha a solo

LUÍS CUMBE

Henriques Afonso Dhlakama, é filho do antigo presidente da Renamo, Afonso Dhlakama. Não tem histórico de vida política activa, no entanto, está decisivamente firme para concorrer às eleições presidenciais de 2024, como independente. Anota que a sua candidatura deve ser vista como uma nova esperança para os moçambicanos, num país que já desistiu de mudar. A assessoria de Ossufo Momade, Presidente da Renamo, considera Henriques Dhlakama de Agente do Serviço de Inteligência de Segurança do Estado (SISE) sem consciência. É mais uma aventura da dinastia dos Dhlakama!

**R**egressou ao país em 2012, chegado do exterior onde formou-se em contabilidade. Diz acompanhar desde cedo questões internas do país. Com uma carreira desta é natural que tenha se esquecido de que a política é uma planta que tem de ser regada todos os dias. Mas tem até 2024 há todo um percurso que o faz soinhar alto.

Henriques Afonso Dhlakama anunciou sexta-feira passada querer disputar a Presidência da República, em 2024, numa altura em que a Renamo desenvolve acções de aglutinação de focos de divisão, desde que Ossufo Momade dirige o partido.

Respondendo ao ZAMBEZE, Dhlakama frisa que a sua candidatura dirige-se aos moçambicanos e, por isso deverá contar com o apoio dos mesmos. “Para o país e para os moçambicanos, é benéfico na medida em que é uma nova esperança num país que já desistiu de mudar”-assegura.

Dhlakama anota que a sua candidatura, como independente, deve ser interpretada “como nova esperança para os moçambicanos conhecerem profundas mudanças. A Renamo, teve largos meses para dar sinal de que está pronta a preparar-se para o desafio de 2024, no entanto, constata-se o inverso, mas a deterioração do clima político interno da estrutura”- considera Dhlakama

## Precisamos de uma oposição que faz oposição

Henriques Dhlakama aponta que em qualquer democracia, a oposição deve fazer oposição. Essa oposição deve ser dinâmica e responsável e oferecer melhorias a propostas do partido no governo ou propor

alternativas viáveis, respeitando a sua ideologia e as bases, “o que não é o caso da Renamo”, argumenta Dhlakama.

“Não pode ser só uma estrutura decorativa, que se acomoda e é utilizada pelo governo para promoção da sua imagem pública”

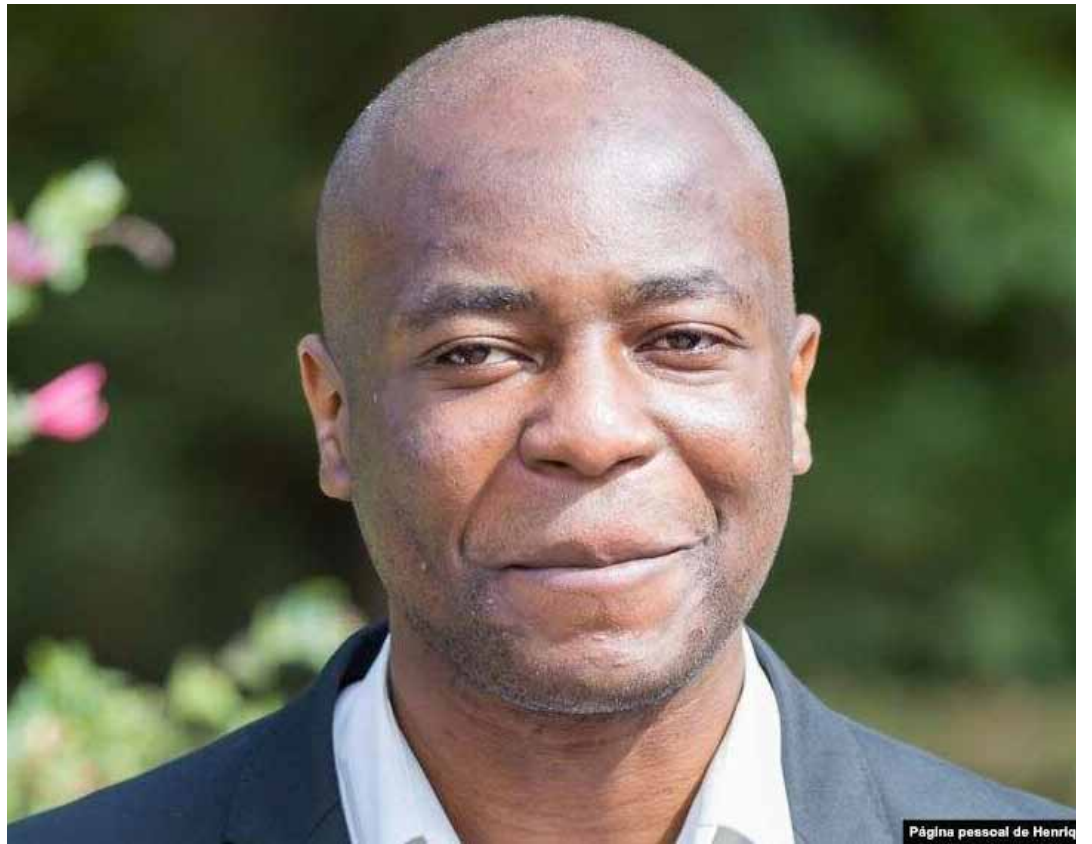
Para Dhlakama nos moldes em que a Renamo opera a oposição deixa de ter razão para existir, pois deixa de representar as bases, “se um militante vota na Renamo é porque não quer votar na Frelimo. Quando a distinção já é difícil, é porque já não existe a oposição e, com isso, perde a democracia e perdem os cidadãos”.

## Não devo pedir autorização a Renamo

Num outro desenvolvimento Dhlakama esclarece que concorre como independente, pois este é independente, e por isso não deve pedir autorização à Renamo, não estando inserido na estrutura da Renamo. A sua candidatura centra-se na vontade dos moçambicanos, que dirão nas urnas, em 2024, se o querem para seu Presidente da República.

Mesmo sem uma vida política activa diz-se preparado, pois conhece a realidade do país. Acrescenta que a oposição já teve 45 anos para mudar e se adaptar e se valorizar, de forma a ter sucesso e alcançar uma posição governativa.

“Se não teve sucesso, então a conclusão a tirar é que, caso eu não consiga, serei tão incompetente como eles, mas pelo menos tentei e não desisto. Estudei, acompanhei e planei estrategicamente para atingir o objectivo final que é melhorar a vida dos moçambicanos e contribuir para o progresso do país, sen-



Página pessoal de Henriques Dhlakama

do Presidente da República de todos os moçambicanos”.

## Henriques Dhlakama - é agente do SISE sem consciência - Renamo

Reagindo a pretensão de Henriques Dhlakama, a assessoria do Presidente da Renamo, apesar de considera tratar-se de um jogo reaccionário dos serviços de espionagem típica da era colonial. “A Renamo, não só aceita como também incentiva os moçambicanos a usufruir dos direitos trazidos pela Renamo, materializados pela mudança constitucionais operadas pelo Acordo Geral de Paz (AGP), no entanto, é preciso que reconheça como frutos democráticos inegáveis da Renamo.

“Em momento algum Ossufo Momade se rebelou, se indispôs com a pretensão de Dom Afonso Henriques. Tudo o que foi escrito que contrarie os pontos anteriores, são meros contos de fada e uma mal ensaiada estratégia de busca de visibilidade política por via da vitimização”, pode-se ler num documento enviado a nossa redacção.

A Renamo sublinha que Henriques Dhlakama, não é membro da Renamo, nunca militou na base, nunca participou em nenhuma campanha eleitoral e nunca deu apoio di-

recto ao falecido pai durante as várias batalhas eleitorais em que foi candidato. Não sendo membro da Renamo, condição básica para representar o partido em qualquer fórum ou circunstância, a pretensão de querer ser candidato da Renamo devia iniciar primeiro em se inscrever como membro da organização.

“Qualquer membro da Renamo que queira ser candidato, é só apresentar essa pretensão formalmente e no momento certo, conforme rezam os Estatutos. Candidaturas apresentadas fora deste fórum são legítimas e as incentivamos, mas não podem ser encaradas como suficientes para despoletar “uma consulta aos membros da base (...). Se assim fosse a tal consulta deveria ter sido feita em relação a pretensão demonstrada por Mariano Nhongo antes das Eleições Gerais de 15 de Outubro de 2019”.

A Renamo, considera que Henriques Dhlakama como não tendo nenhuma ideia própria, não tem maturidade e é apenas um juguete de outros interesses obscuros ao interesse nacional e a coesão da Renamo. Lamenta Dhlakama entrar na política sem saber sequer como funciona uma máquina eleitoral, sob risco de conceder facilidades ao regime no poder.

“Henriques Dhlakama está fazendo, sem consciência, o plano que seria do SISE. A

um custo baixo, aliás, de forma gratuita, mahala, um puto ingénuo está fazendo o trabalho que a Frelimo poderia ter que pagar a um preço alto para conseguir. Em suma, sem saber, é o melhor agente da secreta do regime actualmente”.

Raul Domingos indica que enquanto a liderança da Renamo não prover capacidade de aglutinar as diferentes vozes do partido haverá tendência para sua fragmentação. Domingos argumenta a sua colocação tomando exemplo dos partidos que surgiram desta fraqueza, desde o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Partido para Paz, Democracia e Desenvolvimento (PDD), O Partido Humanitário de Moçambique (PAHUMO), e entre outros.

Para Raul Domingos, que não vê obstáculo na candidatura de Henriques Dhlakama, diz que as dissidências têm estado na causa do enfraquecimento da Renamo, sobretudo quando figuras importantes do partido ao público aludem que quem não se sentem satisfeitas, mas as pessoas e são livres de criar seu próprio partido,

“Penso que não é disto que o país precis, estamos a procura de partidos pacíficos, uma alternativa ao poder desde a independência, no sentido de conduzir o país a um estado em que todos nos revemos”



## Terrorismo em Cabo-Delgado

**Presidente dos polícias reprova comando no teatro das operações**

ELTON DA GRAÇA

O presidente da associação moçambicana de polícias (AMOPAIP), Nazário Muanambane reprova a intervenção da polícia da República de Moçambique no teatro das operações em Cabo-Delgado. Segundo este, a polícia já demonstrou incapacidade na reposição da ordem e tranquilidade face a onda de terrorismo que assola a província de Cabo-Delgado e sugere a intervenção exclusiva dos militares de modo a salvaguardar a integridade territorial e de soberania nacional.

Segundo Nazário Muanambane, a nossa polícia não dispõe de meios e recursos suficientes para o controlo da onda de violência, pois, vezes sem conta esquadras, comandos distritais entre outras instituições públicas são incendiados pelos terroristas sob olhar triste da polícia que devia garantir a segurança desses locais, o que no seu entender, chegou a hora de chamamento das forças armadas, porque terrorismo responde-se com a força do Estado. É verdade, que são as forças policiais que devem garantir a segurança. Todavia, o terrorismo de Cabo-Delgado é um conflito armado que ameaça a soberania bem como a integridade territorial. “São aldeias queimadas e instituições encerradas, e o que está em causa é a soberania nacional. Há necessidade de accionar as forças armadas na dianteira, porque a polícia não tem capacidade para fazer face aos ataques perpetrados pelos terroristas.

para quem apesar da polícia e militares pertencerem as forças de defesa e segurança cada um tem suas responsabilidades e tarefas específicas. A polícia deve garantir a livre circulação das pessoas e os militares a soberania e integridade territorial.

Relativamente ao subsídio de engajamento para os elementos que estão no teatro de operações em Cabo-Delgado o nosso interlocutor explicou não perceber o que de está a suceder dado que há relatos que dão conta que o subsídio de engajamento só é para os militares e não os membros da polícia.

“Lamentamos também o facto de nos terem informado que o subsídio de engajamento não deve ser canalizado a polícia e que é para as forças armadas. Temos vindo a receber várias recomendações de modo a nos inteirarmos do assunto, porque afinal de contas quem está muito envolvido são os nossos polícias do que os mili-



desconforto e desmotivação. O salário de um polícia continua magro e sem direito de subsídio de engajamento isso afecta psicologicamente a qualquer que seja. “Nós estamos a semear um ódio que futuramente poderá ter consequências graves tal como noutros países” sublinha a fonte

**Sindicato da polícia é impossível**

Sobre a necessidade de criação de um sindicato da polícia,

Há necessidade de separar essas coisas. Por exemplo anotou Muanambane, o serviço nacional de investigação criminal (SERNIC) já devia ter sindicato. Contudo, enquanto continuar sob tutela do Ministério do Interior será um sonho adiável. Temos que trabalhar seriamente na reforma da legislação de modo a acomodar algumas pretensões. “Não podemos correr para a criação de sindicatos sem ter em conta a capacidade

dos pela junta militar de Mariano Nhongo e sugere que o líder da Renamo, Ossufo Momade humilhe-se, tal como fizera o presidente Nyusi quando viajou a Gorongosa para um encontro com o falecido e líder da perdiz, Afonso Dhlakama que visava a pacificação do país.

Sobre o estado de calamidade pública recentemente decretado pelo presidente da República Filipe Nyusi na última comunicação a nação, Nazário Muanambane apela ao bom senso por parte da polícia de maneiras a que não haja excessos como sucedeu aquando do decreto sobre estado de emergência. Tudo o que acontece no seio da polícia nos afecta como associação quando há um mal feito pela polícia recai sobre nos. Estamos num estado de calamidade depois de emergência e é um desafio que temos como polícia. A calamidade pública é por um tempo indeterminado, os nossos polícias devem aprender e dominar mais sobre calamidade pública de modo a não ferir os direitos fundamentais das pessoas. Para o efeito há necessidade de as autoridades serem capacitadas sobre essa matéria. Em tempos houveram situações de agressão envolvendo a polícia e os cidadãos e para o presente estado de calamidade, é nossa pretensão que não aconteçam excessos.

**E onde deve estar a polícia?**

A polícia deve proteger as pessoas que se refugiaram em lugares seguros. Nazário Muanambane diz que as populações estão em acantonamento, e é nessas zonas onde deve estar a polícia, enquanto os militares estão a procura do inimigo para manter a paz, ordem e tranquilidade para que as pessoas circulem livremente. Nazário Muanambane refere que não há necessidade de se colocar as forças conjuntas porque havendo uma acção conjunta entre a polícia e forças armadas poderá haver uma colisão porque as ordens dada à polícia e as dos militares são completamente diferentes.” Pela natureza do trabalho desde a existência da polícia e militar sempre nunca foram sucedidos” disse Muanambane



tares que só intervêm em casos extremos. Por exemplo, quantos polícias perdem em Cabo-Delgado no assalto aos comandos distritais e não só? -questiona Muanambane sublinhando que esse recuo na canalização do subsídio de engajamento para os polícias poderá criar um

Nazário Muanambane entende existir vontade para o efeito. Porém, nos moldes em que a polícia se encontra é demasiado complicado avançar-se com tal pretensão. Enquanto a nossa polícia ser paramilitar e adstrita as forças de defesa e segurança, impossível será ter um sindicato

do governo na resolução dos problemas que enfermam a nossa polícia. O governo deve alocar meios suficientes para o reforço da segurança” disse

Num outro desenvolvimento a fonte em alusão olha com preocupação a onda dos ataques na zona centro do país perpe-



Nocividades criminais no Estado moçambicano...

# “Dívidas Ocultas”: crimes de responsabilidade” política (1)

MATSAMBANE KUPHANE

“A locução “crimes de responsabilidade” (...) expressa e tipifica com precisão os chamados “crimes políticos”, (...) próprios e gerados pela natureza do uso ilegal de poderes, de autoridade, e funcionalidade, em razão da qualidade, estatuto e poder de titular de cargo de Estado e público em que alguém se encontra investido” - Marino Pazzaglini Filho (2002).

## Mediatismo episódico-processual

Pelo lapso de tempo transcorrido, desde que o caso, por via da imprensa estrangeira foi despoletado este episódio, o grande público está na expectativa sobre o seu desfecho. Esse público, acredita e tem confiança de que as instâncias competentes estão realizando ou já o concluíram, esperando pelos passos, havendo lugar e convicção para tal, levar o caso ao pronunciamento jurisdicional. Destas instâncias, espera-se que devam ou estão fazendo o minucioso tratamento técnico - processual dos sinalizadores indiciários deste processo.

Acrescendo à isso, a devida verificação, apuramento da valência, verdade, esclarecimento, a efectividade processual e a conformidade técnico-jurídica das investigações prévias de apuramento e validação dos dados indiciários e da efectividade processual preparatória para posterior, expedição para o jurado, sendo o caso, justifica-se a expectativa geral. Julga e opina o grande público de que eventualmente se estejam a clarificar as circunstâncias, os motivos de razões, a metodologia usada, a culpabilidade, os danos económico-financeiros daí registados, os circunstancialismos agravantes e os atenuantes, bem como as que permitiram e “facilitaram” o evento delituoso. O uso de medidas especiais de verificação, peritagem e comprovação e validação das provas indiciárias, bem como as conexões, os versionismos técnico-investigativos e probabilidades dos factos, bem como a sua atitude, conformidade e o efeito impactante e efectivo das mesmas.

## Prévio teórico contextual.

Fernando J.F. Dias Van-Dunen, Professor de Direito na

Universidade Agostinho Neto em Angola, sita John Makume, nestes termos: “A maior parte das teorias, definições e fórmulas usadas sobre a corrupção, referem-se ao problema do poder e das relações de poder. (...) A corrupção deve ser entendida primariamente como um problema, como se disse, relacionado com o poder. (...) Poder esse, seja pessoal (...) político, financeiro, económico (...) militar ou ideológico. David S. Landers, que ela é “combinação de má administração, da prodigalidade (...) sem as coerções da/de eficiência.” Por seu lado, o Professor Alves da Rocha dá a sua visão defendendo que “É o uso ilegal e abusivo de cargos públicos de poder, das suas posições em benefício próprio. Do ponto de vista Jurídico Van-Dunen acresce, “ (...) É um vício deliberado do consentimento que se manifesta a nível da expressão da vontade (...) num determinado negócio jurídico. Constitui um crime previsto e punível nacional e internacionalmente. Ainda, a Convenção da Europa, o define como sendo, “ o facto de instruir, ordenar e solicitar ofertas, receber dar, ou aceitar directa ou indirectamente uma comissão ilícita ou qualquer outra vantagem indevida e que afecte o normal exercício digno de uma função dirigente, ou a comportamentos requeridos e esperados dos benefícios de comissões ilícitas e criminosas. “.

O nosso compatriota Filemone Meigos, á altura docente da UFICS, Universidade Eduardo Mondlane ressaltou: “ Grande parte da literatura sobre a corrupção, peca pela sua abordagem meramente normativa. (...) A fê cega ao princípio segundo o qual, Sed lex dura lex (a lei é dura, mas é lei) e que portanto deve ser respeitada, ( e deduzimos por todos ). Essas abordagens, incluem dois aspectos: 1- Que não há segmen-



tos da sociedade que devam julgar acima da lei. Pensam assim, e agem, portanto e actuam contra a corrente da norma (a lei). 2- Existe uma classe profissionalmente capaz de usar artifícios para furar as leis, legalizando o anormal e o anti . Portanto, estamos perante um problema de ética e de moral.

## Colarinhos brancos...

Óscar Monteiro, advogado e ex-governante, dissertou:” É sabido que quem se candidata à cargo público (...) renúncia a um certo grau de privacidade. (...) passando a ser conhecido (...) isso significa (...) ser escrutinado com e ao detalhe nos seus actos, gestos e práticas. Com os mecanismo adequados e fiáveis (...) encarregando-se de velar sobre a legalidade das modificações e os incrementos patrimoniais, por pessoas altamente credíveis e de julgamento avisado. (...) A dificuldade de fazer prova nestes casos, é idêntica aos dos chamados crimes de “colarinho branco” ( white collar crimes), (...) os crimes dos engravatados, (...) não cometidos por delinquentes como os que as polícias tradicionalmente lidam: Eles (estes crimes), são sofisticados, especializados e dispendo de imensos mecanismos de encapotamento , encobrimento ao nível transnacional. Os seus autores, são geralmente muito mais habilitados esta área, do que os seus investigadores criminais. (...) Em muitas legislações (...) está o princípio da inversão do ónus da prova. Sempre que um dirigente esteja

na posse de bens ou participações financeiras ou de recursos que fazem demonstrações de sinais visíveis exteriores de riqueza e que aparentemente não podem resultar do seu garbo, cabe-lhe por isso, provar a sua origem e licitude de tais bens. (...) A noção de conflito de interesses deve ser reabilitada. (...) Estou a falar de ministros que participam em empresas da sua área, durante o seu mandato . (...) Antes de um problema jurídico é um problema de formação moral, ética e política. “

## O jacaré e o crocodilo - Teodato Hunguana

Diz T. Hunguana: “A problemática da corrupção em Moçambique, conhece duas fases distintas: a fase do jacaré (...) pequeno e, a fase do grande crocodilo. (...) no domínio da ética social e de Estado, passa a imperar o lema do “salve-se quem puder” (...) desde que não caia na alçada da lei. É nesta fase que o jacaré, que já não é assim tão pequeno, ganha musculatura e se transforma em grande crocodilo. (...) dadas as suas dimensões, o fenómeno precisa de muito mais para se alimentar, sempre muito mais. Daí a presente e crescente ousadia dos golpes hoje em prática. (...) Com efeito, ele precisa (...) de se defender. E como o Estado é que possui meios que permitem ou reprimem o seu crescimento, o fenómeno lança-se (...) ao assalto, para dominar, neutralizar e ou instrumentalizar os atacantes.

A situação torna-se mais complexa e o combate mais

problemático. Tudo se relativiza (...) O dirigente pensa duas vezes, antes de se confrontar com o fenómeno, porque a sua aparente força e a impunidade, se sentem desprotegidos. (...) Num contexto de “fraqueza”, de frustração, impotência ou de confrontação (...) sente-se sumariamente reduzido a um quixotismo que nada resolve e que só gera “mártires” para servir de lição aos incautos. (...). O Estado (...), são as pessoas que o servem em dado momento, do topo á base. (...) O Estado está nesse momento sob assalto por este fenómeno (...) e se desregulamenta, incluindo no plano ético - moral, (...) podendo tornar-se numa cleptocracia. (...) Para mim, significa importante criar uma base sólida para o combate contra a corrupção. Nós, não temos ainda essa base. (...) A corrupção é que está a desenvolver-se e a criar a sua base. (...) Parece - me sim, ser esta a dimensão real do desafio, a ingerência e os riscos deste combate. (...) Está o extremo do capitalismo selvagem e das formas primitivas de acumulação do capital (...) Essa via de combate, requer um Estado forte, com uma liderança pura e isenta, motivada (...) ao combate contra a corrupção. (...) No país, todos sabemos (...) em números, que colocam o nosso país num lugar não desprezível no “ranking” internacional da corrupção. (...) Esta aparente passividade nossa (...) inscreve-se no quadro geral de marasmo em que a luta contra a corrupção se encontra mergulhada.”

De todas as referências acima enlencadas, fica visto que nestes crimes de natureza económico-financeira e especificamente este de que tratámos, como “crime de responsabilidade” política, os sujeitos passivos, são no geral, o ente Estado, os seus órgãos, as entidades públicas (as puras e íntegras) e o povo, o pagante e custeador omitido disto tudo. A materialidade delituosa e danosa para o Erário público (tido como composto pelos bens financeiros, económicos e financeiros), é suposto serem objectos de trato legal, transparente, impessoal, com decoro, moralidade,



# Politiqices baralham ensino superior

As constantes mudanças da tutela têm afectado negativamente a qualidade do ensino superior no País, provocando rupturas nos ganhos conquistados desde a proclamação da independência nacional, em 1975, considera o académico e Chanceler da Universidade Politécnica, Lourenço do Rosário.

O ensino superior era tutelado pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, foi criado no segundo mandato do Presidente Joaquim Chissano, e culminou com a criação de institutos superiores politécnicos em diversas províncias, e a transformação do Instituto Superior Pedagógico em Universidade Pedagógica, bem como o surgimento das universidades Zambeze e Lúrio.

Entretanto, com a eleição do Presidente Armando Guebuza, em 2004, o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia é extinto, sendo o ensino superior reintegrado no Ministério da Educação. Nesse período, verificou-se também, a modificação da Lei do Ensino Superior, de modo a proporcionar o surgimento exponencial de instituições, em todo o País, com a justificação de que a “quantidade traria, com o tempo, a qualidade”.

Já em 2014, com a eleição do actual Presidente, Filipe Nyusi, a tutela foi retirada do Ministério da Educação e reposta no (actual) Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional. Porém, os quadros de chefia para o ensino superior permaneceram no Ministério da Educação, tendo-se, por isso, perdido a dinâmica que se vinha encetando.

Por isso, afirma Lourenço do Rosário, “a questão da qualidade foi assimilada como sendo matéria administrativa, criando-se um clima tenso entre a tutela e as instituições de ensino superior. Os órgãos científicos de pares deixaram de poder decidir autonomamente sobre matérias científicas e pedagógicas”.

“A nova Lei do Ensino Superior retirou peso ao Conselho de Reitores, instrumentalizou o Conselho Nacional do Ensino Superior e transformou o Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) num instrumento de fiscalização burocrática, mais do que científica”, acrescentou.

Em jeito de conclusão, o académico defendeu a necessidade de o ensino superior reconquistar o seu peso no espaço académico e transformar-se cada vez mais numa voz activa na sociedade, podendo influenciar as grandes decisões traçadas para o bem-estar da nação.

Lourenço do Rosário foi um dos oradores da primeira Conferência “Celebrar a Universidade, Perspectivar o Ensino Superior no Século XXI”, organizada na segunda-feira, 14 de Setembro, no âmbito da celebração dos 25 anos da Universidade Politécnica. A sua apresentação teve como tema “Universidades Moçambicanas, Meio Século Depois: Ganhos, Rupturas e Desafios”.



Danilo Parbato, outro orador da Conferência, quadro do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional com mais de 20 anos de trabalho no ensino superior, 15 dos quais na gestão de meios de apoio financeiro às instituições do ensino superior.

Na sua apresentação, Danilo Parbato defendeu a necessidade de o País apostar no ensino à distância para permitir maior acesso ao ensino superior (sem descurar o factor qualidade), uma vez que a actual taxa (de acesso) situa-se nos cinco por cento (5%), de acordo com dados do Banco Mundial e da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

Moçambique tem um total de 53 instituições de ensino superior, e aproximadamente 240 mil estudantes, “um número relativamente pequeno pois em termos de ideologia, desde 1975, a nossa luta é expandir e massificar”.

Conforme explicou Danilo Parbato, a pirâmide etária indica que mais de 50% da população moçambicana, ou seja,



12.500.000, tem idade inferior a 19 anos. Destes, somente 156.789 têm o ensino pré-universitário (secundário ou técnico) concluído, isto é, pouco mais de 10%.

“A questão é: quantos destes estão no ensino superior? Somente 44.541. Temos capacidade de ingresso nas instituições de ensino superior, sim, mas perante as neces-



sidades do País ainda há muito por fazer”, sentenciou Danilo Parbato.

Ainda no que diz respeito ao baixo nível de acesso ao ensino superior, o filósofo e Reitor da Universidade Técnica de Moçambique, Severino Ngoenha, afirmou ser importante continuar a apostar na mas-

sificação, ajustada à realidade moçambicana, através da abertura de mais instituições públicas e privadas, e da introdução de mais cursos.

Nas suas palavras, “depois de uma massificação – necessária –, o Ensino Superior tem o imperativo de continuar a crescer, mas, ao mesmo tempo, o desafio de acrescentar uma melhor qualidade, não no sentido dos rankings internacionais, mas de um maior envolvimento com a sociedade Moçambicana”. E esse envolvimento deverá ser e saber criar um ensino de qualidade que seja útil e aplicável em Moçambique.

Já foi realizado algum trabalho, entretanto, “Estamos muito longe de massificar o ensino superior no País. Temos de normalizar o acesso (ao ensino superior). Hoje em dia, nos países que são tidos como líderes da economia mundial o ensino superior tornou-se normal, é o caminho de acesso à vida profissional, o que permite uma maior progressão das suas vidas”. E a universidade não pode apenas formar profissionais para o mercado do emprego. Deve investir, também, para que os que a frequentam, para além de “saber fazer” e de “saber estar”, “saibam ser”, sublinhou o filósofo.

Para Severino Ngoenha, é necessário, ainda, adoptar mecanismos que façam do estudante um autodidacta e o centro da formação, em que o protagonista deixa de ser o professor. Para tal, “há que transformar os meios de lazer [os telemóveis e os computadores] em instrumentos pedagógicos”.

ética e responsabilidade política, com sentido de Estado.

Sabe-se que os princípios e as normas constitucionais, não consentem que o Estado seja usado para socorrer e capitalizar a entidades e pessoas singulares nas suas ímprobas e danosas ambições empresariais e as económico - financeiras, de quem quer que seja, mesmo os nemeclaturalizados de Estado.

## Teorismo político, laxismo e diversionismo...

Teodato Hunguana atento acrescenta: “Em geral, as leis desempenham a relevante função preventiva, quando (...) adoptadas e, por princípio, efectivamente aplicadas. E desse modo, haverá justiça com relevantes funções preventivas e punitivas, quando os tribunais funcionarem efectivamente, aplicando as leis de facto. Se isto não se verifica, o Parlamento pode aprovar quantas leis desejar, mas terá pouca ou nenhuma relevância

e efeito. (...) Haverá sim (...) mais corrupção, havendo o laxismo generalizado na aplicação das leis. (...) Sobretudo se o fenómeno (...) tiver assentado



arrais na polícia e no sistema judicial. (...) As leis assim, não vão resolver o problema (...) apenas para tranquilizar (...) e amolecer as consciências, ou para alimentar os discursos, os relatórios, seminários e os debates (os políticos de discurso, vivem e sobrevivem desses eventos diversionistas) “.

## A acumulação capitalista desejada...

O Secretário - geral da Frelimo, (à altura, Armando Gue-

buza) disse o seguinte: “Cientes do papel incontornável e da importância que a acumulação de capital desempenha no processo de desenvolvimento

económico, nós consideramos que, as nossas condições, só as políticas, de efectivo e decidido apoio á emergência e ao crescimento do empresariado nacional, podem á par das medidas penais e com políticas judiciais, isolar - e colocar na defensiva o perigoso fenómeno (...) e retirar-lhe a pretensão de tender-se a legitimar-se como forma alternativa de acumulação de capital”. Isto, foi dito e registado está pela imprensa para a eternidade, que há preocupação legítima-

da a desejada emergência e uma classe empresarial nacional, legítima, esperando que o seja na legalidade, integridade e na probidade. Essa é visão e o anseio sobre o tema, que se espera e se aspira para o desenvolvimento e o crescimento económico, deste brioso país, á beira do Índico plantado.

Hoje, estes “vícios” de carácter neo - patrimonialista e criminosos, estão “enchidos de vergonhosas e arrepiantes impropriedades. O modo de estar, a moda e as “convictices” postulam que, “Quem tem poder e autoridade neste Estado e, não usa dessa oportunidade para alargar o património e as suas contas bancárias, é parvo (de enriquecer á sí e aos seus). Quando terminar o seu mandato ou exercício, e o não tiver feito, vai chutar latas... que use a oportunidade que a sorte lhe deu, se não, há-de chorar lágrimas de crocodilo por culpa e responsabilidade própria e de mais ninguém, não se “aparvalhe”, use a

chance...”. Parece ser este o lema de quem sorteado com altas e destacadas posições de Estado, aqui inicia o malicioso e danoso vírus das impropriedades políticas, éticas, morais, procedimentais e comportamentais, que afecta patológica e seriamente alguns dos quadros nacionais do nosso Estado. Ele é altamente infeccioso para os que possuem anti - corpos propensos e aderentes às impropriedades desta índole grave e destrutiva enfermidade ético - moral. Deforma com intensidade viral os genes sensoriais patrióticos e de dever, deformando igualmente o bom senso e a congénita responsabilidade natural existente nos humanos com cargos públicos de destaque. Por consequência corrompe e corrói a integridade moral, social e pública destes, com consequências gravíssimas para o Estado moçambicano e por tabela afectando todo o povo, definhando a sua qualidade de vida e as perspectivas do futuro.



ALMADINA

Sheikh Aminuddin Mohamad

# Um caso inédito em tribunal

**G**eralmente quando um irmão submete um caso ao tribunal, tal pode ficar a dever-se à disputa com o seu irmão, de terras ou propriedades.

Mas hoje vamos partilhar um caso inédito ocorrido na Arábia Saudita, em que são protagonistas dois irmãos que se confrontam em tribunal, não por causa de propriedades, dinheiro ou qualquer outra questão material, mas sim por disputar a guarda da mãe de ambos.

O juiz quando se deparou com este caso, estranhou, pois foi um facto “sui generis”, em que um irmão processava outro irmão em tribunal, apenas porque queria chamar a si a responsabilidade de cuidar da mãe de ambos, quando esse outro irmão também reivindicava o mesmo direito.

Depois de ouvir os argumentos e provas de cada um, o juiz ficou preocupado, pois estava perante uma disputa muito esquisita de dois irmãos que litigavam pelos cuidados a prestar à sua mãe, uma senhora muito velha, já nonagenária.

O irmão mais velho estava já na casa dos 70 anos, e o mais novo tinha 65 anos.

Durante a audiência o juiz perguntou ao irmão mais novo:

- Quais as razões que o levam a intentar uma acção em tribunal para um caso que poderia ser resolvido a nível familiar?

O autor da acção respondeu: - Meritíssimo, eu vivo em casa própria, separada da casa onde o meu irmão e a nossa mãe vivem. Meu irmão, que é mais velho, vive há muito tempo com a nossa mãe, e sempre cuidou dela.

O magistrado perguntou: - E o seu irmão mais velho alguma vez o impediu de ver a sua mãe?

- Quanto a isso não tenho razões de queixa - respondeu.

O meu irmão nunca me impediu de ver a nossa mãe, pois vejo-a sempre que quero, e a qualquer hora.

O juiz fez-lhe uma outra pergunta:

- Quais então as razões que o levam a querer ter a guarda da vossa mãe?

- Meu irmão é mais velho 5 anos - disse o queixoso. Eu sou mais saudável do que ele. Ele já não tem a mesma força que antes tinha, e a sua saúde já se revela débil para conseguir cuidar da nossa mãe, assim como o fazia nos anos passados. E ao me aperceber disso sugeri-lhe que, por eu ser mais novo e mais saudável me deixasse tomar a guarda da nossa mãe. Mas ele não aceita, razão pela qual fui obrigado a apresentar a questão nas instâncias judiciais.

Quando o magistrado ouviu isso, incapaz de ajuizar num caso tão invulgar, perguntou ao homem se a mãe se podia fazer presente em juízo, tendo respondido que ela já tinha dificuldades em se locomover, podendo vir

apenas em cadeira de rodas.

Então o juiz intimou a mãe a fazer-se presente, tendo ela comparecido.

Já na sala de audiências, um dos filhos da anciã postou-se do lado direito da mãe, e o outro, do lado esquerdo.

Dirigindo-se àquela velha mãe o juiz disse:

- A senhora é que deve decidir sobre este caso. Deve decidir com quem é que quer ficar!

A senhora, acto contínuo entrou em pranto. Recompôs-se, e limpando as lágrimas disse:

- Eu amo os meus dois filhos do mesmo modo. E os dois cuidam bem de mim, pelo que é deveras difícil dizer com qual deles eu quero ficar. Por favor meritíssimo, decida sobre este caso.

Ao ouvir isso o juiz decidiu a favor do filho mais novo, por achar que o mais velho, devido à sua também já avançada idade não poderia cuidar dela com o vigor que o mais novo denotava.

E assim o caso teve este desfecho.

Quando o filho que ganhou a causa, levava já a mãe para sua casa, bastante satisfeito pela oportunidade de cuidar dela, no átrio do tribunal, ele e o seu irmão desataram a chorar.

Enquanto o irmão mais velho chorava lamentando que, devido à sua avançada idade perdera o caso, e não teria assim a honra de continuar a

cuidar da mãe, o mais novo chorava de alegria por saber que a partir daquele momento também teria oportunidade

de cuidar da mãe.

Este episódio verídico e inédito ocorreu num tribunal na Arábia Saudita, tendo sido muito comentado em jornais, com imagens dos dois irmãos chorando. Este caso de autêntico amor pela mãe causou enorme admiração nas pessoas. Mérito vai também para essa mãe que educou os seus filhos alicerçada em magnos valores, de tal forma que alegremente disputavam a custódia da mãe.

Este caso é a antítese dos que abusam dos pais, infligem-lhes maus tratos, agridem-nos tanto verbal como fisicamente, abandonam-nos em asilos e lares de idosos e enfim, procuram pretextos para estarem longe deles.

O Islam ensina-nos a dar o devido valor aos pais, em especial à mãe, que muito sofreu para nos ter, desde a gestação ao parto, e também ao longo período de crescimento. Ela sofreu inúmeras situações de desconforto por nossa causa. O seu corpo passou por diferentes fases de mudança, desde as náuseas aos desequilíbrios psicológicos e outras situações de desconforto, qual delas a mais incómoda. Não obstante tudo isto, cuidou de nós com muita paciência, muito amor e muito esmero, numa manifestação inequívoca de gratidão a Deus.

Quantas vezes interrompemos o seu sono à noite, quando ainda pequenos acordávamos a chorar, e ela pacientemente nos amamentava, nos trocava a fralda, limpando-nos com

muito amor e afeição, nunca se lamentando? Então, não lhes somos gratos por isso?

Deus diz no Qur'an, Cap. 31, Vers. 14:

“E recomendamos ao Homem (a bondade) para com seus pais. Sua mãe carregou-o (no útero dilatado), fraqueza sobre fraqueza, e seu desmame é aos dois anos (isto é, período máximo).

(E dissemos) sê grato a Mim e a teus pais; Para Mim será o retorno”.

E diz no Cap. 17, Vers. 23 - 24:

“E teu Senhor decretou que a ninguém adoreis excepto a Ele, e sede bondosos para com os vossos pais. Se a velhice alcançar a um deles ou a ambos, estando contigo, então nem sequer lhes digas “uff” (demonstrando desagrado ou desprezo), e nem ralhes com eles, mas falalhes com palavras generosas.

E por (sincera e exclusiva) misericórdia, baixa para eles a asa da humildade e diz: “Senhor meu! Sê misericordioso com eles (vivos ou mortos), tal como me criaram enquanto pequenino”.

Os que ainda têm pais, em especial a mãe, devem aproveitar essa oportunidade única e dar-lhes todo o amor e carinho. E os que já não os tem, resta-lhes a súplica (duã) a seu favor, para que Deus lhes perdoe e recompense da melhor forma, por todo o amor e sacrifícios consentidos, desde a nossa mais tenra idade, muitas vezes até à idade adulta, e que lhes dê descanso e paz nos paraísos das delícias.

AAMIN!

		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>		<b>FICHA TÉCNICA</b>	
Registrado sob o nº 016/GABINFO-DE/2002 <b>Propriedade da NOVOMedia, SARL</b>		<b>Director:</b> Ângelo Munguambe   Cell: 84 562 3544 (E-mail: munguambe2@hotmail.com)		<b>Editor:</b> Egídio Plácido   Cell: 82 592 4246 ou 84 771 0584 (E-mail: egidioplacidocossa@gmail.com)		<b>Redacção:</b> Ângelo Munguambe, Egídio Plácido, Luís Cumbe e Constantino Novela		<b>Colaboradores:</b> Dávio David e Elton da Graça		<b>Coletores:</b> Sheikh Aminuddin Mohamad, Cassamo Lalá, Francisco Rodolfo e Samuel Matusse		<b>Grafismo:</b> NOVOMedia, SARL <b>Fotografia:</b> José Matlhombe <b>Revisão:</b> AM		<b>Expansão:</b> Adélio Machaieie (Chefe), Cell: 84-7714280 (PBX) 82-307 3450 <b>Publicidade:</b> Egídio Plácido Cell: 82-5924246   84-7710584 egidioplacidocossa@gmail.com <b>Impressão:</b> Sociedade do Notícias S.A	
Direcção, Redacção Maquetização e Administração: Av. Emília Daússe casa da Educação da Munhuana Alto-Maé - Maputo Cell: 82-307 3450 (PBX) zambeze.comercial@hotmail.com															





CASSAMO LALA\*

SOBRE O AMBIENTE RODOVIÁRIO

Sobre o ambiente rodoviário

# É urgente apostar na formação dos funcionários de instituições públicas

Sobre o assunto que a seguir é abordado nesta semana, por continuar a ser um tema actual, decidimos resgatar um artigo escrito no ano 2017 e publicá-lo novamente neste Jornal.

Nos tempos anteriores à criação do INAV (mais tarde INATTEER), quando estes serviços eram designados por Serviços de Viação, estávamos habituados a ser atendidos por funcionários que conheciam as normas da legislação rodoviária e que mostravam competência ou capacidade para dar esclarecimentos solicitados pelo público, prestando um serviço digno. Com o crescimento desta instituição do Ministério dos Transportes e Comunicações, os Serviços de Viação foram transformados em Instituto Nacional de Viação (INAV) e, devido ao posterior alargamento de atribuições e competências, o INAV foi transformado em Instituto Nacional de Transportes Terrestres (INATTEER). Com o desenvolvimento desta instituição, houve a necessidade de recrutar pessoal para posições ou cargos de nível superior, e não só, mas algum deste novo pessoal, em grande parte, ostenta um défice de conhecimentos, parecendo não estar à altura dos desafios inerentes aos Sectores ou Delegações que superintendem. Isto significa que a instituição tem de investir urgentemente na formação dos seus quadros superiores para que estes, por sua vez, proporcionem formação aos respectivos subordinados, principalmente quando se trata de funcionários escolhidos para atender o público. Estes últimos, vezes sem conta, prestam esclarecimentos que em vez de elucidar o cidadão, demonstram uma ignorância confrangedora, acabando por prestar mau serviço ao público. Trata-se de um tipo de formação em que não é necessário ir buscar formadores de outros países. Ainda existem, da geração anterior, quadros da instituição que podem ajudar os mais novos, embora alguns destes

achem que sabem tudo apenas porque apresentam formação académica superior, cujo “canudo”, quando espremido, em alguns casos, pouco conhecimento deita cá para fora.

Só para dar uns pequenos exemplos, presenciei no balcão de atendimento do INATTEER um funcionário que atendia um cidadão que deixou caducar a validade da sua carta de condução. Dizia o funcionário que a carta devia ter sido renovada seis meses antes de terminar a validade, em vez de dizer que devia ter sido renovada nos últimos seis meses (até no último dia de validade). Quando um aluno ficou aprovado no seu exame teórico e permaneceu mais de seis meses sem concluir a sua formação prática, os funcionários do INATTEER alegam que é necessário repetir o exame teórico, quando esta informação está errada. É preciso sim fazer o reinício do seu processo para que o sistema actualize a sua licença de aprendizagem prática de condução. Em nenhuma parte da legislação está escrito que o exame teórico caduca passados seis meses, mas insistem em dar esta informação.

Até na qualidade da nossa legislação rodoviária publicada encontramos indícios evidentes de um nível fraco de conhecimentos em funcionários de nível superior. Por exemplo, o Regulamento dos Sinais de Trânsito, no seu artº 37, sobre a colocação de sinais, diz que os sinais de cedência de passagem devem ser colocados a uma distância entre 70 a 165 metros. Em nenhuma parte do mundo é assim. Os sinais de cedência de passagem são colocados na proximidade dos cruzamentos ou entroncamentos.

Quando o público recorre ao INATTEER nas situações em que a Polícia de Trânsito faz imposições ilegais ou demonstra ignorância das leis rodoviárias, é atendido por funcionários que também evidenciam uma falta de preparação, acabando por enganar duplamente o cidadão. Em vez de ajudarem a rectificar os erros cometidos pelos agentes

fiscalizadores, como é o caso que a seguir vamos dar como exemplo, mantêm a decisão errada da polícia. Fomos recentemente contactados por um técnico de vendas da empresa HEINIKEN pedindo ajuda, cujo teor do seu E-mail diz o seguinte: “No dia 1/4/2017, por volta das 12 horas, na zona da ponte da Matola Rio, fui interpelado por um agente da polícia de trânsito que solicitou a carta de condução e livrete do carro. Após apreciação dos documentos, para meu espanto, procedeu à apreensão da minha carta de condução ao abrigo do artº 88, do Código da Estrada (condução de viaturas para efeitos de trabalho sem carta profissional) e multou-me com um valor de 10.000,00mts. No dia 3/4/2017, 2ªfeira, ao deslocar-me ao Comando da Polícia da Matola, os agentes indicaram-me o INATTEER da Matola para proceder com a reclamação. Dirigindo-me ao posto de reclamação do INATTEER da Matola os funcionários disseram-me que esta reclamação não tem nenhum cabimento visto que a viatura está em nome da empresa. Solicito apoio técnico”.

Aqui está um exemplo dos que acontecem com frequência em que a Polícia de Trânsito demonstra que desconhece a lei ou ignora-a, mas o mais preocupante é que alguns funcionários do INATTEER (órgão legislador) demonstram também a mesma espécie de ignorância, uma vez que concordam com a decisão errada da polícia.

Face a esta situação, aconselhamos a Empresa HEINIKEN que mobilizasse os seus juristas para moverem uma acção contra o agente da polícia de trânsito pelos danos causados à instituição, cujo técnico de vendas ficou sem poder produzir o seu trabalho por lhe ter sido ilicitamente apreendida a carta de condução. Aconselhamos também que os juristas solicitassem ao INATTEER a anulação da multa bem como um parecer sobre a legalidade ou não deste tipo de auto de transgressão levantado pela polícia de trânsito, caso contrário, iriam continuar a sofrer os mesmos transtornos.

A outra saída que sugerimos, foi a de deixar o assunto chegar ao Tribunal para aí se provar a ilegalidade deste género de multas que a polícia tem vindo a passar e, com o despacho do Tribunal, passar a haver uma jurisprudência para servir de orientação em casos futuros, acabando assim com este tipo de abusos contra a legislação rodoviária e, conseqüentemente, contra os cidadãos.

A título de esclarecimento, a nossa opinião dada à Heineken foi a seguinte: A carta de condutor profissional não é exigível apenas porque o veículo está em nome da empresa ou porque ostenta o emblema de empresa, como a polícia e certos funcionários do INATTEER alegam. Só deve ser exigida, em conformidade com o artº 88 do Código da Estrada, isto é, quando o condutor presta serviços remunerados. Isto significa que, se o condutor é remunerado como motorista, tem de ter carta profissional. Significa também que, quando conduz veículos cujos serviços são remunerados, exemplo dos transportes públicos (de aluguer ou colectivos), deve ter carta profissional, o que é também consubstanciado pelo artº 109 do RTA (Regulamento de Transporte em Automóveis) que diz o seguinte: “Os automóveis de aluguer de transporte de mercadorias e pronto-socorro devem circular, em serviço, guiados por condutores titulares de carta de condução profissional respeitante à classe do respectivo veículo. Os automóveis de transporte escolar, táxi, colectivo e semi-colectivo de passageiros devem circular, em serviço, guiados por condutores profissionais titulares de carta de condução de serviços públicos”. Ora, o técnico de vendas da HEINIKEN que foi multado, não é remunerado como motorista e não conduzia um veículo que presta serviços remunerados, ou seja, de transporte público. Para melhor se entender este assunto, vamos a um exemplo prático: Imaginemos o caso de um veículo que ostenta o nome de uma clínica mas que é conduzido pelo médico ou

enfermeiro nas deslocações para ir fazer tratamentos domiciliários aos doentes. Aqui não é exigível a carta profissional embora esteja a conduzir um veículo da empresa. Porém, se a clínica contratar um motorista para transportar neste mesmo veículo o médico ou enfermeiro que vai fazer visitas domiciliárias, este condutor deve sim ter carta profissional por estar a prestar serviço remunerado como profissional da condução. Importa ainda referir que o polícia de trânsito, ao fazer a apreensão preventiva da carta de condução do técnico de vendas da HEINIKEN, infringiu o estipulado no artº 159 do Código da Estrada que diz que a apreensão preventiva da carta de condução só deve ocorrer quando: Se suspeita de contrafacção ou viciação fraudulenta; Tiver expirado a validade; Se encontre em estado de conservação que torne ininteligível qualquer indicação ou averbamento.

Estas constatações frequentes de falta de conhecimentos por parte dos funcionários que atendem ou interagem com o público, mancham o nome das instituições públicas e ajudam a denegrir a imagem do Estado moçambicano. Por esta razão, entendemos que é necessário apostar forte e urgentemente na formação, principalmente em serviços onde haja rotação frequente de funcionários.

Aliás, o reconhecimento por parte do Estado desta lacuna de conhecimentos no que se refere aos seus funcionários ou agentes, pode ser testemunhada no Plano Estratégico de Segurança Rodoviária elaborado pelo Governo para o período 2011/2016 que prevê, como uma das primeiras e principais medidas a serem tomadas, a capacitação dos Recursos Humanos. Estão abrangidos, nomeadamente, gestores, técnicos, polícia e inclui também uma capacitação à Universidade, ação esta de formação que apenas constou de um cronograma que não foi cumprido e encontra-se em estado bolorento, arquivado nas gavetas dos nossos zelosos dirigentes.

\*DIRECTOR DA  
ESCLA DE CONDUÇÃO  
INTERNACIONAL

FABIÃO CARAPAU

# Silêncio dramático!

Revedo os diferentes acontecimentos desde o início, há três anos, que têm ocorrido no norte da província de Cabo Delgado, acções armadas, onde terroristas jihadistas agem com violência selvagem, assassinando centenas de pessoas, sequestrando mulheres para usá-las como escravas sexuais, destruindo casas, bem como qualquer construção do Estado, edifícios públicos, hospitais, postos policiais, bancos e quaisquer bens ou instalações que sejam úteis à sociedade e ao desenvolvimento de nossas vidas e ao país, forçando centenas de milhares de pessoas a se refugiarem em lugares distantes para salvar suas vidas e de suas famílias, pessoas que perderam tudo, suas casas seu modo de vida, pessoas que actualmente são refugiados em seu próprio

país, crianças que não podem ir à escola, doentes que não podem ir ao hospital e nota curiosa, constatamos, perante uma situação dramática como esta, que existe um vazio, um silêncio imenso, da grande maioria da nossa sociedade.

Depois dos últimos tufões que assolaram algumas áreas do país, há poucos meses, houve uma explosão de solidariedade cidadã impressionante, como se fôssemos todos irmãos de uma mesma família, na qual colaboraram milhares e milhares de cidadãos, empresas e instituições privadas. Havia voluntários para ajudar na reconstrução, assim como cidadãos que ofereceram o que puderam para ajudar naquela tragédia humana que não poderemos esquecer.

Actualmente temos

a tragédia do terrorismo islamista em Cabo Delgado, sem dúvida é uma situação diferente, mas as pessoas estão sofrendo tanto ou mais, como foi nos tufões, pois é um sofrimento que já dura três anos e no momento não há solução de curto prazo. No entanto, não se ouvem vozes de solidariedade com as famílias que perderam um familiar querido, nem com os refugiados, nem com as famílias dos polícias e militares que também morreram defendendo a nossa liberdade, não há vozes, apenas há um silêncio ensurdecedor, principalmente entre aqueles que podem levantar suas vozes, mesmo que seja apenas para demonstrar sua posição contra este terrorismo jihadista e em apoio aos cidadãos que o sofrem directamente,

por isso vamos defender nossos irmãos e nosso país.

Onde estão os reverendos religiosos e as pessoas relevantes que professam o Islã, aqueles que professam outros cultos, ou aqueles que não professam nenhuma, as organizações que dizem representar a sociedade civil, as ONG que defendem os direitos humanos e todos aqueles que em outras ocasiões estão disponíveis para denunciar situações irrelevantes perante esta tragédia? Onde está a sua rejeição enérgica, a sua rejeição aos terroristas e o seu apoio aos que sofrem, onde estão as suas intervenções públicas que dão apoio moral e esperança a todos e que possamos ter uma voz comum, a voz de Moçambique contra estes assassinos islâmicos e seus cúmplices?

Onde estão suas vozes para denunciar os actos terroristas que são baseados na crença ou religião que distorcem e torcem, para justificar suas acções criminosas, para impor sua lei sangrenta? Onde estão os nossos pais da pátria, os deputados, que também devem ser mudos, porque não são ouvidos ou não são ouvidos o suficiente?

A mídia e redes sociais, tão activas, têm a oportunidade de se unir a este movimento para denunciar o terrorismo e deixar sua voz ser ouvida. Precisamos demonstrar a esses terroristas islâmicos que são dirigidos e apoiados de fora, a todos os traidores de dentro que os apoiam e aos estrangeiros que os financiam com armas, que nossa sociedade é activa, que está viva e unida contra aquela barbárie que justifica os seus crimes em nome de Deus.

## Comercial

### Prevenção

Se tiver viajado recentemente para um dos Países com casos de coronavírus, evite o contacto directo com outras pessoas e no primeiro sinal de febre, constipação ou tosse, ligue para o AlôVida ou PENSA;



Lave as mãos com água e sabão ou cinza;



Sempre que tossir ou espirrar cubra a boca com o braço dobrado em forma de "V" e de seguida lave as mãos;



Lavar e cozinhar bem os alimentos;



Abrir as janelas para maior circulação do ar.



### Em caso de dúvida ligue para:



Alô Vida!



84146



82149 ou 1490

PENSA  
PLATAFORMA EDUCATIVA  
DE INFORMAÇÃO  
SOBRE A SAÚDE  
\*660#

A PREVENÇÃO DO CORONAVÍRUS  
PARTE DE MIM!






unicef



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
MINISTÉRIO DA SAÚDE

## CORONAVÍRUS



O Nosso Maior Valor é a Vida



DOUGLAS MADJILA

## Esgaravando os ganhos da pandemia

**N**um olhar bem alargado, parece também bem desnecessário ter de esgaravatar para encontrar alguns ganhos resultantes da desgraça pandémica dos novos tempos, visto que, já é até comum ouvir alguns cidadãos levantarem pontos que considerem benéficos resultantes da covid-19 ou do combate à covid-19.

A postura higiénica tem sido a mais apontada como um dos ganhos advindos da problemática chinesa, a frequente lavagem das mãos é dos exemplos mais bem vistos ou pelo menos o mais bem falado e isso é certo, trata-se de facto de limpeza. Existem outros aspectos considerados bons, frutos desse mal que assola a todos e é mesmo por isso que vimos a necessidade de aprofundar a vasculha de benefícios em prol de uma postura melhor.

Certo ou não, a verdade é que cada um vai tirando lição do que considera benefício da pandemia e podendo ou não, cada um vai também exprimindo o que considera aprendido e daí as diferenciações. Há quem pode e há também quem não pode sair por aí a falar para quem quiser ouvir quais para si são os benefícios da pandemia sob o risco de notabilizar-se o boldrego da sociedade.

Assim sendo, porque a reputação permite-nos, então fazemo-la jogar a nosso favor, gozemos então das possibilidades pessoais que carregamos e ainda mais, da necessidade de melhorar, tal como referimos, para expor o que consideramos ganhos da pandemia na certeza de que será útil que ao menos se saiba, ainda que não se aplique. Mas porque tudo que parece ganho deste período está à vista, dedicamo-nos tanto procurando algo de diferente que só com a última intervenção do presidente é que nos apercebemos que tal como os outros esse ganho está também aos nossos olhos.

É mesmo esse: a intervenção do presidente. Quando procuramos política e virtualmente entramos para Europa, porque África perdeu o brilho político, e ainda que virtualmente não podemos ir mais longe então terminamos em Portugal que de muitas formas é próximo a nós, confirmamos que esse ganho fruto da covid-19 que aqui despertamos, é para eles uma prática comum. Em outras palavras, naquela nação, é possível ouvir o Presidente da República, o primeiro-ministro abundantemente falando com o seu povo sobre a vida da nação

Não nos referimos aqui, as ruas, supermercados ou até em contentores de lixo, que são locais que acabam atribuindo carisma e liderança, mas referimo-nos mesmo a contactos oficiais similares aos que o nosso presidente vem fazendo nos últimos meses no âmbito da gestão do novo coronavírus.

Por tanto, da covid-19 olhamos para possibilidade de o Presidente da República detalhar ao mínimo o decurso da sua agenda governativa, através de comunicados e ou informes regulares, tal como o força ou forçou a covid-19, o que para além de partilhar agenda e prestar contas ao seu amado patrão, pouparia a ladainha chamada Estado da Nação proferida anualmente na Assembleia da República que na verdade resume-se sempre numa frase qualquer falaciosa.

Estamos não só a propor uma forma melhor de fazer política mas também a denunciar a distância que se faz tanta questão de manter do povo, refugiando-se na dita segurança protocolar quando na verdade trata-se de um apego à luxúria, denunciámos também a oficializada máscara governamental denominada segredo de Estado, máscara que desmerece até esta designação (máscara) pela tentativa de acobertar muito para além da cara, querendo obstruir do patrão o desempenho do seu staff.

No entanto sugerimos esta colheita, que a comunicação povo e presidente verificada nos últimos três meses, passe de mera relação enferma padecendo de covid-19 para uma relação laboral com vista ao desenvolvimento. Excelências, é triste que até quatro décadas depois da independência ainda tenhamos de recorrer ao colono para buscar exemplos do saber ser e estar. Não nos dispam o orgulho. Vós deveis-nos contas sim!

# Editorial

## Muscular a democracia para esta se defender dos seus inimigos!

**N**a semana em que ainda ecoam ventos do Dia Mundial da Democracia (14 de Setembro) somos de opinião que o Estado moçambicano precisa de ser profundamente reformado para que o cidadão se sinta participante integral, com direitos e deveres, sob auspícios da Constituição. Esta máxima encerra toda uma conclusão quanto ao que tem sido o debate sobre a democracia no país, com tudo e todos disputando o estatuto de pai deste sistema governativo. O que não ajuda em nada, ante a perspectiva sombria do País mergulhar na violência, como resultado da escalada de agressões nas zonas centro e norte, e um pouco de discursos baratos um pouco por toda a parte do território. Com algumas reticências não restam dúvidas!

O ano de 1992, com o Acordo de paz de Roma, constitui-se em arcabouço legal e cívico para proteger a democracia da acção, tendo este acto conquistado o apreço de todo o país, por defender os cidadãos das contradições do poder e por transformar o respeito à Constituição em demonstração de patriotismo e se tornar o elemento de coesão entre os cidadãos. Como dizia Severino Ngoenha, em Moçambique, a nossa democracia tem um aspecto positivo e tem também outro aspecto problemático. Positivo porque começamos a ter uma democracia que funciona, mas se nós formos negativos ou pessimistas e olharmos pelas diatribes porque passamos podemos dizer que a democracia moçambicana deixa muito a desejar. Mas se ao mesmo tempo olharmos na velocidade comparativa das modificações que se estão a realizar e mudando um processo de participação, maioritariamente até em condição de paz apesar de uma ou outra violência, podemos dizer que fizemos um trabalho difícil, sério mas de certa maneira duro. De tal maneira que muitos moçambicanos se sentem como cidadãos de um país que apesar de a democracia ter que crescer ela já engorda, já começou o seu caminho e neste sentido não podemos dizer que somos completamente negativos.

Precisamos de reforma. Uma reforma que funcione no sentido de reduzir o tempo da burocracia, tornando o Estado mais eficiente e responsável. A lentidão estatal, que serve a propósitos obscuros, colabora decisivamente para que os cidadãos percam a confiança na administração pública e a descrença cresce à medida que, por outro lado, esse mesmo Estado se mostre rápido para despachar demandas de quem tem poder ou se relaciona bem com as autoridades.

Temos que aceitar que nas condições de hoje, a impotência do cidadão perante os seus direitos que a Constituição lhe assegura, alimentam a desilusão cívica que pode resultar na aceitação, quando não no desejo, de uma solução antidemocrática. Esse cidadão desencantado é o mesmo que não se reconhece no Estado, e portanto não se sente participante de sua construção e de seu funcionamento. Uma reforma do Estado deve almejar, portanto, uma simbiose com os cidadãos, para que a democracia faça sentido. Para isso, a nossa convicção é que este Estado sugerido deve se voltar para a execução eficiente de políticas públicas em áreas como segurança, saúde, educação e saneamento básico. Deve, também, ter mecanismos de uma fiscalização ampla e transparente dos funcionários públicos e das autoridades eleitas, responsabilizando-os pelas suas falhas. Por fim, mas não menos importante, deve ser capaz de estabelecer parcerias com a iniciativa privada, para transformar acções estatais em acções cidadãs. Em resumo, o Estado precisa ser profundamente reformado para que o cidadão dele se sinta participante integral, com direitos e deveres, sob os auspícios da Constituição, fonte de toda a autoridade e da coesão nacional. Somente assim a democracia ganhará músculos para se defender dos seus inimigos

Para desencorajar ilegalidades

# Ministério das pescas quer rever critérios de aplicação de multas

ELTON DA GRAÇA

O director nacional de Operações, no Ministério do Mar Águas Interiores e Pescas (MIMAIP), Leonid Chimarizene admite que os critérios usados na aplicação de multas aos pescadores artesanais devem ser revistos porque não desencorajam tais acções. Segundo Chimarizene actualmente os fiscais recorrem ao critério de capacidade o que de algum modo constituiu fragilidades uma vez que os infractores não pagam as multas.

Moçambique tem a terceira linha de costa da África Oriental, e um dos aspectos mais notórios são as praias que cobrem a costa o que permite com que o pescador circule em qualquer parte. Nos outros países, a situação é diferente porque existem rochas o que dificulta o atracamento das embarcações. Esses aspectos que caracterizam a linha de costa moçambicana dificultam de igual modo as acções de fiscalização, daí a necessidade de aprimoramento da fiscalização integrada (participativa) envolvendo os fiscais do ministério das pescas, polícia costeira, as administrações marítimas, e os próprios pescadores.

A forma como são calculadas as multas quando são surpreendidas as embarcações ilegais sobretudo a dos pescadores artesanais continua não tendo o efeito dissuasor o que exige uma revisão e definição de estratégias. Leonid Chimarizene admite que, actualmente os fiscais usam o critério da capaci-

calculada a partir do que foi capturado o impacto causado e por ser ilegal. Leonid Chimarizene entende que independente da capacidade de pagamento do infractor a que arcar com consequências. A multa não deve ser feita de forma social. Por exemplo, indicou Chimarizene que vezes sem conta na pesca artesanal há dificuldades de identificar os pescadores quando lhes são passadas as multas dado que apresentam dados não fidedignos. “Os pescadores artesanais por vezes se fazem ao mar sem o bilhete de identidade e quando são surpreendidos não dão nome verdadeiro e mesmo aplicada a multa não conseguimos localizar de modo a obrigar a paga-lo” disse a fonte para quem houve necessidade de se fazer a campanha de licenciamento de pesca artesanal de forma a identificar o pescador em caso de cometimento de uma infracção. Questionado sobre que implicações em caso de não pagamento de multas, Chimarizene explicou que no incumprimento do pagamento das multas os processos são enviados ao juízo privativo das execuções



lei de pescas de cobrança coerciva. Já há portas da realização da reunião nacional de fiscalização, o director nacional explica que o evento visa estabelecer as linhas estratégicas das acções de fiscalização para o próximo quinquénio o que exige a redefinição de melhores estratégias para responder aos actos de pesca ilegal no país. Temos assistido os actos de pesca ilegal por parte dos artesanais, furtivos,

operações têm o seu próprio impacto porque usam as artes nocivas e tais artes têm um impacto para sustentabilidade dos recursos pesqueiros porque para além de usar redes mosquiteiras em algum momento usam capulanas e tecidos que arrastam tudo o que é possível. A zona costeira é bastante sensível por se tratar de uma zona de reprodução das espécies e se usarmos artes nocivas acabamos colidindo. A medida que aprimoramos as nossas tácticas e procedimentos, os infractores também acabam adoptando outras, e precisamos estar na dianteira para preservar os recursos pesqueiros.

“Não basta aplicar multa precisamos arranjar formas de apreender os próprios objectos se alguém estiver a usar artes nocivas apreender a canoa ou a embarcação. Queremos inibir todos meios usados para actividade de pesca ilegal porque a partir do momento que ele perde o meio, o pescado e as artes e acabamos com isso” referiu Chimarizene lembrando que a partir de Novembro inicia o período de veda que deve contar com o envolvimento de todos naquilo que ele apelida de fiscalização participativa.

“Chamamos atenção com muita antecedência para se observar as medidas, porque não vamos aceitar as desculpas segundo as quais o período de veda veda o sustento dos pescadores “O que se vai vedar é o camarão e o caranguejo e todas outras espécies vão estar disponível para captura. As pessoas devem abraçar outras actividades que para além de pesca que é a aquacultura. As pessoas estão conscientes dos períodos de veda e devem se adaptar porque se não houver uma acção futuramente poderão condenar o estado por não ter feito boa gestão dos recursos pesqueiros.

A fonte reconhece que existe muitas lamentações segundo as quais o período de veda coincide com o natal e ano lectivo. Esclareceu a fonte que a veda permite a reprodução de espécie e não estão intrinsecamente ligadas com a quadra festiva e ano lectivo. Sobre o programa de licenciamento dos pescadores artesanais, Leonid Chimarizene destacou que a província de Manica foi a pioneira a reunir maior número de pescadores artesanais licenciados seguindo a província de Tete, Maputo província, e Sofala.



dade de pagamento do infractor o que exige revisão por parte do sector que se lhe dá com a fiscalização. A multa deve ser

fiscais. Só este ano foram executados dois processos, Quando não há pagamento voluntário há um mecanismo estabelecido na

industriais e semi-industriais.

Os artesanais ainda de acordo com o director nacional de



Amnistia Internacional confirma autenticidade do vídeo horrendo

## Demonstra padrão repetido e implacável de crimes cometidos pelas FDS de multas

A Amnistia Internacional (AI) insta o Governo de Moçambique a promover uma investigação independente e imparcial ao assassinato extrajudicial de uma mulher nua e indefesa em Mocímboa da Praia. O posicionamento da AI surge depois de ter confirmado a autenticidade do vídeo divulgado nos últimos dias nas redes sociais.

**D**epois de espancada, a mulher, que fugia dos ataques, foi morta por 36 disparos de metralhadora.

“Este vídeo horrendo é mais um exemplo horrível das graves violações dos direitos humanos e assassinatos impiedosos que ocorrem em Cabo Delgado pelas Forças de Segurança moçambicanas”, escreve Deprose Muchena, diretor daquela organização para a África Oriental e Austral.

Para a AI, “o incidente é consistente com as nossas recentes descobertas de terríveis violações de direitos humanos e crimes sob o direito internacional que acontecem na área” e “demonstra um pa-

drão repetido e implacável de crimes cometidos pelas Forças Armadas moçambicanas”.

### Mulher espancada e baleada 36 vezes

A análise feita pelo Laboratório de Evidências de Crise da AI concluiu, segundo a organização, que a mulher não identificada foi morta no meio da estrada R698, fora da subestação eléctrica no lado oeste da cidade de Awasse em Cabo Delgado.

Ainda de acordo com análises científicas, ela tentava fugir para o norte pela estrada quando foi abordada por homens que pareciam ser



A AI sublinha que a maioria dos soldados usa o uniforme completo, mas o artilheiro do PKM tem uma camisa vermelha no lugar da camisa de camuflagem padrão.

Todos os soldados falam português e se referem à mulher como “al-Shabaab”, como é conhecido o grupo armado que tem lançado ataques na província de Cabo Delgado desde Outubro de 2017.

No início do vídeo, os militares afirmam “este é Al-Shabaab”, e no final concluem “acabamos de matar o Al-Shabaab”.

A organização de defesa dos direitos humanos revela que um militar local, que falou com seus investigadores, deu uma “justificação bizarra para o assassinato, alegando que a mulher tinha enfeitado o exército moçambicano e se recusado a mostrar-lhes o esconderijo dos insurgentes”.

O vídeo foi divulgado nas redes sociais na segunda-feira, 14, mas a AI afirma que foi compartilhado em telefones celulares a 7 de Setembro, “o dia em que provavelmente foi filmado” e que coincide com a “megaoperação” do Governo para remover insurgentes de Awasse e Diaca, corroborando a presença de combatentes das FDS nas cidades naquela data”.

### Os actos jamais seriam cometidos pelas nossas FDS

Entretanto, o Ministério

da Defesa Nacional nega que os homens armados e fardados que aparecem num vídeo a executar uma mulher indefesa sejam elementos do seu exército.

“Queremos aqui, de viva voz, garantir que aqueles actos jamais seriam cometidos pelas nossas Forças de Defesa e Segurança” disse o ministro do Interior, Amade Miquidade, res-

uniforme das Forças Armadas de Moçambique, trazendo à ribalta a questão da violação dos direitos humanos em Cabo Delgado.

### Separar “o trigo do joio”

De todos os lados vieram sentimentos de choque e exigências para que o Governo investigue os factos e



drão repetido e implacável de crimes cometidos pelas Forças Armadas moçambicanas”.

Na nota, Muchena lembra que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) “não podem ter liberdade para cometer crimes de acordo com o direito internacional e violações dos direitos humanos, incluindo assassinatos de civis em nome de grupos armados combatentes”.

Por isso, a AI insta o Gover-

mentos das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), que a seguiram.

“Depois de espancá-la com uma vara de madeira, ela foi morta a tiros e seu corpo nu foi deixado na estrada. Quatro homens armados diferentes dispararam um total de 36 vezes com uma variedade de rifles Kalashnikov e uma metralhadora tipo PKM”, denuncia a AI, reiterando que “os soldados vestiam o uniforme da FADM”.

ponsabilizando os insurgentes que actuam em Cabo Delgado.

“Aquele é um ato de subversão dos terroristas, para descreditar as Forças de Defesa e Segurança que nos protegem”, disse Miquidade, no final da sessão de Conselho de Ministros, o ministro distanciou o exército nacional de barbárie.

O vídeo posto a circular nas redes sociais, esta semana, mostra uma mulher totalmente nua a ser espancada e posteriormente executada por elementos vestindo

leve os responsáveis à Justiça.

A Comissão Nacional dos Direitos Humanos junta-se ao que a Amnistia Internacional vem exigindo, desde semana finda, para que haja esclarecimento cabal, mesmo para dissipar as dúvidas sobre a autoria das sistemáticas violações dos direitos fundamentais.

Na mesma posição alinha a Ordem dos Advogados, que considera que, para a boa imagem do exército nacional, é preciso que se separe “o trigo do joio”. (VOA)



SG da ONU por ocasião do Dia Mundial da Democracia

# É preciso reflectir sobre temas como tecnologia, migração e governação



O secretário-geral da ONU, António Guterres, diz que é preciso resolver a acumulação de desigualdades económicas e políticas para fortalecer as instituições democráticas num momento em que elas estão sob enorme pressão. Em mensagem sobre o Dia Internacional da Democracia, comemorado 15 de Setembro passado, Guterres disse que é preciso “tornar as nossas democracias mais inclusivas, trazendo os jovens e marginalizados para o sistema político.”

## Reflexão

O chefe da ONU acredita que “isso significa tornar as democracias mais inovadoras e receptivas aos desafios emergentes”. Guterres encorajou todos a procurar formas de revigorar os sistemas e valores democráticos, chamando as pessoas em todos os lugares para buscar respostas aos desafios enfrentados pelos governos democráticos em todo o mundo.

Lamentando que a democracia “está mostrando maior tensão do que em qualquer momento em décadas”, ele ressaltou que trabalhar para um futuro que não deixa ninguém para

humanos como elementos essenciais da democracia.

## Dignidade, de igualdade e de respeito mútuo pela pessoa humana

Para os dirigentes da Unesco o Dia Internacional da Democracia, é algo mais do que um princípio de organização política: celebramos uma certa ideia do homem. A democracia é, de facto, um ideal: um ideal “de dignidade, de igualdade e de respeito mútuo pela pessoa humana”, Porque a democracia é uma promessa à humanidade, os seus valores humanísticos são também valores universais. Embora um sistem democrático possa estar circunscrito às fronteiras de um Estado, a fâisca da liberdade, a chama da igualdade, movem-se por toda a parte até ao coração dos homens.

A democracia não é um ato pontual, é antes um processo permanente e contínuo que requer a participação diária de todos e de cada um dos membros da comunidade política.

Este ano, a celebração do Dia Internacional da Democracia é subordinada ao tema da participação, recordando-nos que a participação na democracia vai para além do voto no dia das eleições. A democracia requer a participação diária de todos os atores – do Estado, da sociedade civil, dos indivíduos – num espírito de mediação e de cooperação, porque é no diálogo e na abertura das mentalidades que ela floresce.

Existe, portanto, um modo de ser, um ethos democrático que, para ser sólido e estável, depende de duas premissas.

A primeira é educativa, pois, como afirmava Tocqueville, “em sociedades democráticas, cada geração é um novo povo”. O ethos democrático pode ser aprendido. Neste sentido, através do seu programa de educação para a cidadania, a UNESCO desempenha um papel fundamental ao permitir que todos os estudantes de todas as idades se tornem promotores e defensores dos valores democráticos, dos direitos humanos e da liberdade de expressão. Ora, esta mesma liberdade de

expressão pressupõe a alfabetização para que todos possam expressar as suas ideias. Através dos seus programas de alfabetização, a UNESCO também participa na consolidação e no fomento da cultura democrática.

A segunda é social. Para durar, a democracia deve estar de mãos dadas com o progresso, porque “toda a democracia implica a ideia de que é possível melhorar a ordem social”, sublinhava Tzvetan Todorov. Este requisito está no cerne da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, na qual a UNESCO desempenha um papel fundamental.

A celebração deste dia é uma oportunidade para analisar o progresso do ideal democrático e das liberdades fundamentais em todo o mundo. À luz das conclusões retiradas deste balanço, a UNESCO apela a todos para reafirmarem o seu compromisso com os valores democráticos.

A democracia é o regime de todos e é graças à participação de todos que poderemos, juntos, permitir a sua progressão e prosperidade.

trás, exige que todos considerem questões essenciais, como o impacto da migração ou mudança climática, potencial das novas tecnologias e melhor governação.

## Pedido

No final da mensagem, Guterres pede que todos se “comprometam a unir forças para o futuro da democracia”. O tema deste ano é “Democracia sob tensão: Soluções para um mundo em mudança”. Coincidindo com o 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o dia é também uma oportunidade para destacar os valores de liberdade e respeito pelos direitos



Na visão da ND

# País assinala 30 anos de democracia de fachada



MUSSASSA NGUENHA

O partido Nova Democracia (ND) lamenta que o nosso país está a celebrar 30 anos de uma Democracia de faz de contas acentuada pelas constantes violações de direitos constitucionais, como são os casos de ataques a liberdade de imprensa, manipulação de processos eleitorais, corrupção, torturas e baleamentos de cidadãos.

**E**m contacto directo com Zambeze, o líder da ND, Salomão Muchanga começa por descortinar que o nosso sistema da justiça está capturado, onde alega que o próprio Conselho Constitucional (CC) é incapaz de sancionar e invalidar o roubo de votos protagonizado pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) e Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE).

Para Muchanga, actualmente, todos jovens moçambicanos com 30 anos são mais maduros que a propalada democracia multipartidária de 30 anos. “Esta narrativa dos 30 anos de democracia multipartidária é um embuste. Moçambique é uma não democracia”, considera Muchanga.

Aliás, Salomão Muchanga lamenta que o nosso país regista níveis explosivos de intolerância política “onde quando temos eleições os órgãos eleitorais representam o crime organizado fabricando fraudes através de falsificação demográfica, adulteração de número de votos e viciação de mecanismos de

controlo num esquema de não concorrência; onde o Estado é conivente através da polícia e do sistema da justiça, portanto, não se pode chamar de democracia”.

Esta democracia que “estão a celebrar”, prossegue Muchanga, se confunde com terrorismo e na sua óptica temos de denunciar isto. “Temos de relevar que as eleições justas e credíveis são a essência do sistema democrático”.

Ademais, a ND acusa que o nosso sistema da justiça está capturado, o próprio “CC é incapaz de sancionar e invalidar o roubo de votos protagonizado pela CNE e STAE”.

## Corrupção e clientelismo

Outrossim, a corrupção e o clientelismo também foram arrolados pela ND para esse sistema de coisas que fustiga o país, alegadamente com a cumplicidade de parte da comunidade internacional “como se nos seus países isto fosse aceitável, talvez por estarem focados na exploração dos recursos naturais do nosso país”.

Muchanga acrescenta que uma Democracia tem de garantir

o usufruto dos próprios moçambicanos da sua riqueza nacional.

“Estamos a falar de inclusão económica e social que favoreça a repartição justa dos rendimentos nacionais e não esta governação excludente onde uma criança carrega fome de 30 quilos”.

O nosso entrevistado defende que o sistema de governação nacional está paralisado, transitou apenas fisicamente mas a sua mentalidade é de “monopartidarismo, ainda está lá em 1990”.

“Com perseguições, sevícias à liberdade de expressão, torturas, baleamentos e hoje, no apogeu da impunidade, incêndios a jornais parece existir um exercício de erguer uma sociedade de medo para perpetuar o crime organizado e este ciclo vicioso da pobreza” desabafa Muchanga para de seguida acrescentar que “reafirmamos aqui com fervilhar político que os princípios fundantes da Nova Democracia estruturam uma plataforma de unidade e propósitos de combate diário por um Moçambique de paz e democracia de facto e não esta empreitada de distúrbios. Não há Democracia sem justiça!”, sentencia Muchanga.

## Constatações do parlamento juvenil

### Moçambique caminha em direcção contrária no capítulo da Democracia

O parlamento juvenil admite que os 30 anos de democracia moçambicana confundem-se com um longo processo de ditadura e desenfreada violação dos direitos humanos.

A Democracia, constitui o instrumento pelo qual banalizam-se as liberdades, sobretudo quando olhamos profundamente para a sua dimensão prática. É transparente a ignorância à legislação e a instituição do estado da natureza, conforme escreveu Thomas Hobbes, o homem é lobo do outro homem. Num comunicado enviado a nossa redacção o parlamento juvenil refere que os 30 anos de democracia moçambicana confundem-se com um longo processo de ditadura e desenfreada violação dos Direitos Humanos.

O órgão refere que o Parlamento moçambicano afigura-se a um órgão sem iniciativa de legislação e funcionando à reboque dos sectores lobbyistas, aprovam-se leis de opressão política, económica e social que traduz-se na perseguição as des-



temidas vozes, desvio do erário público, aprofundado a corrosão de um estado que se apresenta cada vez mais falhado.

É neste Estado alegadamente democrático, que se instituíram os esquadrões de morte ao serviço dos que detêm poder, é pela democracia que se criaram as inúteis figuras designadas secretários de Estado para acomodarem-se cada vez mais no colchão dos cofres do Estado e usurparem as finanças públicas, em fim, sem escrúpulos rasura-se a lei em benefício dos que governam.

A democracia constituiu-se no disfarce político organizacional que colocou a liderança do Estado em mãos de corrup-

tos e cidadãos que aproveitam-se do Estado para satisfazer agendas privadas. Com este modelo de democracia, o povo tem sido saqueado e ludibriado por discursos cheios de nada.

“A nossa democracia é estranha a democracia global” le-se no comunicado que acrescenta ainda que uma democracia que “pinta a sangue” processos eleitorais, carimba atempadamente os seus resultados com logótipos da maçaroca e que viola princípios democráticos como a transparência, liberdade e prestação de contas não pode ser celebrada.

“Uma democracia que persegue macabramente a quem ousa se expressar, e torra impiedosamente as instituições de imprensa, sequestra e tortura brutalmente jornalistas está distante do bem comum” acrescenta o comunicado que apela ao povo a transitar esta realidade e manter equidistância dos prevaricadores dos bens e recursos nacionais e tomar efectivamente as instituições do Estado.





JOSÉ MATLHOMBE

**Zoom**

Covid 19 em Manica

# Mais dois estudantes **testam positivo**

KELLY MWENDA

**Dois estudantes do Instituto médio politécnico Armando Emílio Guebuza, localizado no distrito de Vanduzi, província Central de Manica, testam positivo para o novo Coronavírus, facto que obrigou a direcção daquele estabelecimento de ensino a suspender as aulas presenciais temporariamente.**

**O**s dois estudantes diagnosticados Covid-19 positivo, são provenientes da cidade de Maputo, uma das regiões moçambicanas declaradas com a transmissão comunitária da nova pandemia. A informação foi tornada pública no princípio da presente semana pelo director do serviço provincial da saúde de Manica, Xavier Izidoro quando da habitual reunião do comité operativo de emergência para saúde Pública.

Xavier Izidoro afirmou que os referidos estudantes foram submetidos ao isolamento no internato do instituto, pois o sector sanitário efectuou a colecta de amostras dos contac-

tos, igualmente o rastreio de 65 estudantes daquele estabelecimento escolar de Manica.

Izidoro explicou que face ao facto, o sector da saúde procede a desinfecção daquela infraestrutura escolar situada na zona de Chigodole, no distrito de Vanduzi em Manica.

“No rastreio desses estudantes, nós damos prioridade de testagem para Covid-19, aos estudantes que vem daqueles locais onde temos transmissão comunitária, como é o caso da cidade de Maputo, Nampula e cidade de Pemba. Das actividades de rastreio no instituto médio politécnico Armando Emílio Guebuza, Dois estudantes provenientes da Cidade de Maputo, tiveram resultado



positivo”, disse Xavier Izidoro.

A fonte acrescenta que trabalho de apoio psicossocial aos casos positivos e o sector da saúde espera pelos resultados das amostras colhidas de outros membros da comunidade escolar, “em relação aos dois estudantes, um deles é assintomático e o outro apresenta sintomas

dois estudantes registou-se no Instituto de Formação de professores de Chibata, situado também no distrito de Vanduzi, estudantes oriundos das províncias de Sofala e Nampula.

Sobre o caso Chibata, Xavier Izidoro assegura que todos contactos que se colheu as amostras, todos deram negativo para o novo Coronavírus, “dos contactos que nós colhemos para análise da Covid-19, todos foram negativos, para dizer que já estão criadas as condições de retoma das aulas presenciais neste centro de formação, nos próximos dias nós poderemos dar o aval para o reinício das aulas”, disse.

No entanto na reunião do comité operativo de emergência para a saúde pública em Manica, o secretário do Estado desta província, Edson Macuacua apela a todas forças vivas da sociedade e a população em geral para redobrar as medidas de prevenção desta pandemia que já eliminou dois cidadãos em Manica.

ligeiros de gripe, mas todos se encontram bem de saúde, estão isolados mesmo no instituto”, acrescentou Izidoro.

Recorde-se que na retoma faseada das aulas presenciais, este é o segundo instituto médio em Manica a registar estudantes com casos da Covid-19, o primeiro caso de



## Comunicado

A direcção da empresa NovoMEDIA sarl, proprietária e editora do Jornal Zambeze, informa a todos seus leitores, clientes, e a todos os interessados, que a senhora **Esmeralda do Amaral** deixou de ser Administradora da empresa desde 19 de Agosto passado.

Qualquer assunto relacionado com o jornal por favor contactar através dos números 845623544 (Ângelo Munguambe, director do Jornal), 847710584 (Egidio Plácido, Editor), 823073450 (PBX) ou ainda através do email: [zambeze.comercial@gmail.com](mailto:zambeze.comercial@gmail.com)

Sem mais do momento, as nossas cordiais saudações.

A direcção

Moatize

# Vale desenvolve pesquisa arqueológica para preservação do património cultural e histórico



A Vale Moçambique está a promover uma pesquisa arqueológica no distrito de Moatize, província de Tete, com o objectivo de recuperar artefactos que ajudem a reconstruir a história dos antepassados daquela região mineira.

A empresa pretende, desta forma, contribuir para o enriquecimento do acervo histórico da região onde opera, trazendo ao conhecimento público dados que sejam relevantes para compreender o modus vivendi das populações que outrora ocuparam aquela área do país.

Os arqueólogos que estão a fazer a pesquisa têm vindo a encontrar diversos objectos, com destaque para material feito de cerâmica antiga e contemporânea. As descobertas indicam que os achados estejam ligados às comunidades que ali viveram entre os anos 1950 até a actualidade. Segundo o analista de Arqueologia José

Monteiro, “foram encontrados frequentemente artigos de cerâmica antiga e objectos pessoais das comunidades que residiram naquela zona ou que tiveram interação com os habitantes de Moatize”. “Acreditamos que estes artefactos poderão ser importantes para o processo de reconstrução da história desta região”, refere o mesmo responsável. Seguindo os procedimen-

tos da legislação nacional, os pesquisadores conservam adequadamente todos os materiais encontrados durante a actividade de prospecção.

Os arqueólogos estão a trabalhar dentro das áreas de concessão da Vale para mapear as zonas classificadas e consideradas de grande valor cultural para as populações. Isto irá permitir que a empresa garanta acesso facilitado a

estes espaços por parte das comunidades, tal como já acontece em alguns campos sagrados devidamente identificados.

Porque conhecer o passado é fundamental para compreender o presente e perspectivar o futuro, a Vale Moçambique assume o compromisso de promover a preservação do património cultural e histórico da região e das comunidades onde desenvolve a sua actividade.

## FUNDE e WWF Moçambique de mãos dadas

Para promover a conservação, protecção ambiental e gestão sustentável do património natural em Moçambique, melhorando o bem-estar das comunidades, a Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação (FUNDE) e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF Moçambique) celebraram, em Maputo, um memorando de entendimento.

Ao abrigo deste acordo, a FUNDE, instituição através da qual a Universidade Politécnica consubstancia e materializa a interdependência entre o ensino, formação, investigação, extensão universitária e prestação de serviços sociais, vai, a breve trecho, promover um trabalho de iniciação científica denominado “Vozes da Juventude”, sob o lema “Nosso Planeta, Nossa Casa”.

Trata-se de um projecto que envolve quatro grupos de estudantes universitários interdisciplinares, visando a promoção de um pensamento comum sobre questões da natureza, no seio da universidade, e transmiti-lo às comunidades, para além de produzir recomendações para o Governo sobre como alcançar os objectivos do desenvolvimento sustentável.

O acordo entre ambas instituições foi assinado durante o webinar de lançamento do relatório “Planeta Vivo 2020” produzido pelo WWF, que, entre vários aspectos, aponta a diminuição, em média, de dois terços das populações globais de mamíferos, aves, anfíbios, répteis e peixes, desde 1970.

A publicação bianual da rede WWF destaca ainda que esta situação resulta, em grande parte, dos processos de destruição ambiental que contribuem, igualmente,

juventude em acções de preservação da natureza”, disse.

O conceito de desenvolvimento que é praticado no nosso país, conforme explicou Lourenço do Rosário, não tem tido em consideração os problemas ambientais e de biodiversidade levantados: “Provavelmente, os paradigmas que são colocados no terreno remontam ainda da fase da Segunda Guerra Mun-

## Fidelidade e AIMO estabelecem protocolo

A seguradora Fidelidade e a Associação Industrial de Moçambique (AIMO), firmaram um protocolo de parceria através da qual os membros das empresas associadas da AIMO beneficiam de condições especiais na aquisição de serviços da Fidelidade, nomeadamente nos Seguros Automóvel, Acidentes Pessoais, Saúde, Acidentes Trabalho, Viagem e Multiriscos.

Para o Presidente da AIMO, Rogério Samo Gudo, a assinatura deste protocolo vem reforçar uma das linhas orientadoras do plano estratégico que é o “desenvolvimento da capacidade institucional da AIMO por forma a dotá-la de capacidade interna e apoio aos seus membros. A Fidelidade, por toda a sua história e posicionamento no mercado, é uma grande referência no



mercado dos seguros, sendo a entidade ideal para efectuarmos uma parceria deste tipo.”

Leonor Gomes, Directora Comercial da Fidelidade, afirmou tratar-se “de uma parceria que se enquadra numa política de aproximação da Fidelidade ao tecido industrial moçambicano. Com este protocolo e respectivos benefícios, vamos também, agilizar a resposta às necessidades de seguros, dos Associados da AIMO”.



para o surgimento de doenças zoonóticas, como a Covid-19.

Abordado momentos após assinar o acordo, Lourenço do Rosário, presidente da FUNDE, referiu que se trata de um pequeno passo na busca de soluções para o problema, pois a Universidade Politécnica representa uma pequena parte do universo do ensino superior em Moçambique.

“Associarmo-nos a uma organização mundial como o WWF constitui um incentivo para nós, de modo a que sejamos um paradigma, para que outras instituições possam também se juntar a este programa com vista a envolver a

dial. Temos, por exemplo, o caso da mineração do carvão mineral, a céu aberto, em Tete, que, nitidamente, não respeita a questão ambiental”, frisou.

Por sua vez, a directora nacional do WWF Moçambique, Anabela Rodrigues, enfatizou que a colaboração com a FUNDE visa, fundamentalmente, envolver a juventude, por representar mais de 50% da população moçambicana.

“Está nas mãos da juventude fazer a grande mudança neste cenário, daí que o principal objectivo do acordo é sensibilizar e envolver a juventude, como um actor principal neste processo”.



# Apoio do BCI chega a mais de 10 escolas da província de Gaza

Doze escolas situadas em distritos da província de Gaza beneficiaram recentemente de apoios em materiais de desinfeção e de protecção contra a COVID-19, oferecidos pelo Banco Comercial e de Investimentos (BCI). Constituídos por máscaras faciais, recipientes, suportes para a lavagem das mãos e caixas de sabão, os artigos foram entregues por equipas locais de colaboradores do Banco.

**T**rata-se das escolas secundárias de Xai-Xai e Joaquim Chissano, em Xai-Xai; de Manjacaze, de Chiguitane e Temóteo Valente Fuel, em Manjacaze; de Chókwe e de Lionde, no distrito de Chókwe; de Chibuto e de Malehice, em Chibuto; assim como das escolas secundárias Josina Machel, na Macia, distrito de Bile-ne; Graça Machel, em Masingir, e de Mabalane, no distrito com o mesmo nome.

Na capital provincial, Xai-Xai, uma equipa do BCI,

encabeçada pelo respectivo Director Comercial Regional, Jeremias Langa, procedeu, igualmente, à entrega de artigos diversos à Direção Provincial de Educação de Xai-Xai. Na ocasião, Jeremias Langa afirmou que com o gesto, o BCI “pretende juntar-se aos esforços que estão a ser feitos na prevenção contra os efeitos da pandemia do novo Coronavírus, e em particular dar o seu contributo para a melhoria da protecção e da segurança da comunidade escolar, nesta fase em que as escolas se preparam para a retoma das aulas”.



Por seu turno, o Director Provincial de Educação de Gaza, Atanásio Cossa, agradeceu o apoio que o BCI direccionou à sua instituição, considerando que o material chegou em momento oportuno, uma vez estarem em curso os preparativos para a retoma do ano académico. Cossa apelou aos directores das escolas secundárias beneficiárias, que fizessem

bom uso dos bens recebidos.

Recorde-se que para além de instituições de ensino, o programa do BCI abrange, em todo o país, instituições públicas e privadas, assim como organizações humanitárias às quais o Banco tem vindo a disponibilizar meios de desinfeção, de protecção e outras facilidades, com vista a minimizar os efeitos nefastos da pandemia.

## Heineken Moçambique tem nova linha da fábrica de produção

O País vai poupar cerca de 50 milhões de dólares norte-americanos, por ano, com a importação de cerveja, mercê do lançamento, na quarta-feira, 9 de Setembro, da nova linha da fábrica de produção de cerveja Heineken Moçambique, localizada no distrito de Marracuene, província de Maputo.

**T**rata-se de uma linha com capacidade instalada de 16 mil garrafas por hora, correspondentes a 666 caixas de 24 garrafas. A mesma resulta de um investimento de 20 milhões de dólares norte-americanos. Este valor acresce-se aos 100 milhões de dólares iniciais investidos na construção da fábrica, havendo a possibilidade de aumentar em função da procura no mercado nacional, regional e internacional.

Com este marco, Moçambique deixa de consumir cerveja Heineken proveniente, na sua maioria, da Holanda (Europa), o que, para o ministro da Indústria e Comércio, Carlos Mesquita, tem um impacto significativo não só na facturação da empresa, mas também na criação de receitas adicionais para o Estado e na poupança de divisas.

“Há necessidade de acari-nhar e privilegiar estas inicia-

tivas, porque se não tivermos



este desenvolvimento as receitas para o Estado ficam mais reduzidas. Com a poupança de cerca de 50 milhões de dólares, por exemplo, o País vai poder usar as divisas para importar medicamentos e outros bens essenciais que não são produzidos localmente”, disse o ministro.

Na ocasião, Carlos Mesquita explicou que o Governo tem apostado na atracção de mais investimentos com vista a estimular a industriali-

zação do País e a melhorar o ambiente de negócios, criando mais postos de trabalho.

Para além da Heineken, a fábrica produz a cerveja de marca Txilar, que tem a particularidade de ser à base do milho nacional, numa média de quatro mil toneladas por ano: “Isso nos orgulha, porque o Estado valoriza a produção nacional, pois contribui para o engajamento de mais produtores”.

Por seu turno, o director-geral da Heineken Moçambique, Nuno Simes, referiu que a nova linha vai ter um impacto positivo na balança comercial do País, dada a substituição do modelo de importação pelo de produção local, mas também no ambiente, uma vez que as garrafas usadas são, na sua maioria, retornáveis.

“É um dia histórico para a Heineken Moçambique e para o País, pois marca o início da produção local desta cerveja, prestigiada e reconhecida a nível internacional, com qualidade testada e certificada pela Heineken Internacional. Usamos equipamento com a tecnologia mais avançada do mercado e temos uma equipa preparada e capacitada”, frisou Nuno Simes.

Dia mundial do consumo responsável da cerveja

## Cervejas de Moçambique lança “calmalá”

Com o objectivo de promover o consumo responsável e informado da cerveja, a Cervejas de Moçambique, SA (CDM), subsidiária do Grupo AB InBev, a maior cervejeira global, assinala, a 18 de Setembro, o Dia Mundial do Consumo Responsável de Cerveja. Neste ano, as mensagens de responsabilidade aos consumidores estão resumidas numa campanha designada “Calmalá”.

Através do Calmalá, a cervejeira exorta aos consumidores a um consumo informado e inteligente de bebidas alcoólicas oferecendo dicas que passam por um espaçamento entre um copo e outro, garantir que se alimentam e se hidratam devidamente enquanto consomem bebidas alcoólicas e, acima de tudo, que quando consumam bebidas alcoólicas, como alternativa à condução, apanhem a boleia de um táxi, chapa, tchopela, ou de um amigo que não tenha bebido.

Tratam-se de acções que, envolvendo as principais marcas do portfólio da CDM, visam alertar os jovens em particular e a comunidade em geral, para a importância do consumo moderado através de dicas de consumo responsável nas embalagens das cervejas, de materiais de comunicação digital e físicos, eventos da

CDM, publicidade em rádio e televisão, bem como através do uso de influenciadores e músicos como disseminadores destas mensagens.

“Embora estejamos num momento em que os bares, barracas e discotecas estão encerrados continuamos a partilhar o nosso sonho de unir pessoas para um mundo melhor, onde cada experiência com cerveja seja uma experiência positiva. O nosso objectivo é fomentar uma cultura nacional de consumo responsável para sobremaneira reduzir o consumo nocivo das bebidas alcoólicas, particularmente da cerveja”, - referiu Hugo Gomes, Administrador da CDM.

A campanha Calmalá assume, assim, particular significado no actual contexto de Estado de Calamidade decretado pelo Governo Moçambicano. “Temos a responsabilidade e a missão de fazer mais e melhor. Por isso, a CDM tem vindo a desenvolver, de forma proactiva, acções de índole social e de sensibilização para a observância das medidas prevenção e combate do COVID-19, e ainda ao consumo moderado de bebidas alcoólicas, mostrando que é possível viver momentos bons e de alegria sendo igualmente responsável”, finalizou Hugo Gomes.



# Huawei vai recrutar estudantes moçambicanos

ELSA MUTIANA

A Huawei vai recrutar anualmente jovens estudantes universitários de tecnologias de comunicação e informação para participarem dos seus projectos através do estágio profissional

A empresa multinacional, líder mundial no fornecimento de equipamentos e infra-estruturas de tecnologias de comunicação e informação, Huawei, e o Instituto Nacional de Emprego (INEP), assinaram na tarde da última sexta-feira, 11 de Setembro de 2020, um memorando de entendimento que visa capacitar os jovens estudantes universitários de tecnologias de comunicação e informação para o mercado promovendo estágios profissionais anualmente.

**A** assinatura do memorando de entendimento foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Huawei em Moçambique, Terrens Wu e o Director Geral do INEP, Juvenal Arcanjo Dengo e, foi testemunhada pela Secretária Permanente da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE).

“Esta é uma excelente oportunidade através da qual podemos contribuir mais para o desenvolvimento do país. A geração mais nova é o futuro do país, daí que todos os anos a Huawei irá recrutar estudantes universitários de tecnologias de comunicação e informação para participarem dos nossos projectos, com vista a adquirirem

experiência profissional e torná-los aptos e qualificados para o mercado”, disse Terrens Wuem.

O Presidente do Conselho de Administração da Huawei em Moçambique afirmou ainda em seu discurso que: “Estamos orgulhosos por ver que há estudantes aptos para trabalhar na nossa empresa”.

“O memorando de entendimento ora assinado tem dois objectivos: o primeiro que é promover a formação, o reforço das capacidades e desenvolvimento de competências e aptidões profissionais dos jovens na área de tecnologias de comunicação e informação; o segundo promover estágios pré-profissionais para graduados e finalistas dos cursos de tecnolo-



gias de informação e comunicação”, disse a Secretária Permanente da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE).

“O Governo de Moçambique reconhece o poder da formação profissional e dos estágios para reduzir os desajustes entre as competências procuradas e as competências disponíveis, para facilitar a entrada dos jovens no mercado do trabalho. A Secretaria de Estado da Juventude e Emprego como

entidade governamental responsável pelo pelouro do emprego, congratula a Huawei por contribuir não só para complementar e aperfeiçoar as competências do saber fazer, saber estar dos jovens como também por facilitar a obtenção de emprego, facto que demonstra o alinhamento da política da Huawei com a agenda de governação que é a de criação de mais postos de trabalho, particularmente para os jovens.

A era digital está a assumir um papel preponderante na dinâmica do mercado de trabalho, deste modo, o investimento nas tecnologias de informação e comunicação deve constituir uma aposta irreversível do Estado, das empresas, das institui-

ções de ensino e dos cidadãos e particularmente dos jovens.

Dada a relevância, comodidade e flexibilidade das tecnologias de informação e comunicação para o sector do emprego no nosso país, a Secretaria de Estado da Juventude e Emprego, através do INEP desenvolveu um portal de emprego, uma plataforma de emprego virtual gratuito, que liga pessoas e empresas que procuram emprego, e trata-se de um mecanismo virtual de intermediação laboral onde as empresas divulgam as suas ofertas de emprego e estágio e os candidatos acedem a essas oportunidades” disse a Secretária Permanente da Secretaria de Estado da Juventude e Emprego (SEJE).

## Governo aprova proposta de revisão do OE



O Governo aprovou a proposta de revisão do Orçamento do Estado (OE) para 2020, de acordo com nota da reunião do Conselho de Ministros de terça-feira.

“A proposta de alteração visa corrigir os desequilíbrios fiscais criados pela nova conjuntura”, refere o documento, numa alusão à pandemia de COVID-19,

“salvaguardando-se a continuidade de um conjunto de actividades prioritárias, definidas na política orçamental”.

A nota não esclarece quais as alterações em causa, mas Filimão Suazi, porta-voz do Conselho de Ministros, indicou que, mesmo sem apontar números, há áreas a reforçar.

“Há de caber para a área da saúde uma verba especial”,

face a “esforços de aquisição de equipamentos, mas também de funcionamento das unidades sanitárias, que estão a fazer um trabalho muito acima do normal”, referiu.

De acordo com aquele responsável, “várias áreas de actuação do Governo sofreram e estão a sofrer de forma profunda os efeitos do novo coronavírus”, apontando ainda os sectores da cultura, desporto e educação, neste último caso com “reconstruções e reabilitações em curso”.

Trata-se de obras em escolas para as apetrechar com condições de higiene para cumprir as regras de prevenção da COVID-19.

“Também a defesa e segurança reclama uma melhor percentagem do bolo do orçamento”, acrescentou.

A Assembleia da República (AR) aprovou o OE de 2020 a 16 de Abril prevendo receitas de 235,5 mil milhões de meticais e despesas de 345,3 mil milhões de meticais.

Moçambique tem um total acumulado de 5.713 casos de COVID-19, 37 mortes e 3.181 recuperados.

## Primeira exposição de Gás e Energia em Março de 2021

**A** primeira exposição de Gás e Energia em Moçambique organizada pela Africa Oil & Power será realizada a 8 e 9 de Março do próximo ano, anunciou a organização.

“A Africa Oil & Power vai trazer investidores globais e decisores políticos no sector do petróleo e gás para a primeira Exposição e Conferência ‘Mozambique Gas & Power’, com o tema “Alavancando o Gás Natural Liquefeito: Construindo um Moçambique Próspero”, lê-se numa nota enviada às redacções.

Segundo a nota, o certame vai decorrer a 8 e 9 de Março do próximo ano, sendo focado na diversificação da exploração, investimento, construção de capacidade local e dando



primazia às mulheres através da Iniciativa Equalby30.

No dia 10 de Março haverá espaço ainda para várias reuniões de trabalho que vão dedicar-se aos programas de formação e certificação para os empresários e empreendedores locais.



# Carlos Mondlane lança “Código de Processo Civil e Legislação Complementar”

Foi lançada, recentemente, em Maputo, a colectânea de legislação actualizada denominada “Código de Processo Civil e Legislação Complementar”, que visa consubstanciar o trabalho dos juizes, procuradores, advogados, oficiais de justiça, defensores públicos, entre outros interessados. Com um total de 985 páginas, a obra de autoria do juiz Carlos Mondlane, presidente da Associação Moçambicana de Juizes (AMJ), resulta de uma exaustiva pesquisa efectuada sobre toda a legislação de interesse no domínio do processo civil.

Esta é a primeira obra de uma leva de quatro a serem lançadas no mercado, ainda dentro dos próximos meses”, garantiu o autor, ao se dirigir aos presentes durante a cerimónia do lançamento da colectânea.

Em Moçambique, segundo explicou na sua intervenção, nunca se sabe quais são as leis que estão em vigor e, às vezes, ocorre que ao se recorrer aos Boletins da República, descobre-se que um determinado boletim já não está em vigor, não havendo, no entanto, nada que indique a sua revogação.

“Estamos numa selva no que

toca ao domínio da compreensão legislativa. Daí que fiz uma pesquisa de toda a legislação de interesse do domínio do processo civil”, referiu, juntando que o mérito desta obra reside no facto de agregar não só o Código de Processo Civil, numa perspectiva actualizada, com todos os preceitos actualizados, mas também toda a legislação de interesse, o que permite a qualquer interessado perceber como as matérias de direito são tratadas.

Num outro desenvolvimento, Carlos Mondlane apelou aos integrantes da comunidade moçambicana de juristas a procurarem, dentro do segmen-



to onde actuam, ser a mudança que desejam ver no mundo.

Ao proceder à apresentação da obra, o advogado criminalista, Elísio de Sousa, indicou que os juristas moçambicanos não têm o hábito de escrever livros,

apesar de produzirem, no exercício das suas funções, petições iniciais de 500 artigos e fazerem contestações de cinco mil artigos.

“Entretanto, não sabemos escrever ou comentar um artigo científico de cinco a dez pági-

nas. E esta lacuna é devidamente aproveitada por Carlos Mondlane. É uma lacuna no sentido de haver, no país, pouca produção bibliográfica”, frisou, destacando o facto de Carlos Mondlane fazer o seu papel, enriquecendo a bibliografia moçambicana.

Nas cerca de mil páginas que compõem a colectânea, ora lançada, segundo enfatizou Elísio de Sousa, encontra-se tudo o que um jurista precisa para trabalhar. “O facto de a legislação compilada ser actualizada, até ao dia de hoje, oferece uma vantagem comparativa em relação às restantes obras da mesma índole, o que lhe confere, por natureza, um lugar de destaque na opção dos juristas, dos estudantes e do público em geral.

Importa salientar que o livro, produzido sob chancela da Editora Escolar, integra as leis que mais compatibilizam e complementam o Código de Processo Civil, nomeadamente o Regime Jurídico da Insolvência e da Recuperação de Empresários Comerciais, a Lei do Inquilinato, a Lei da Organização Judiciária, o decreto que cria secções comerciais, bem como o Código das Custas Judiciais, actualizados, entre outros.

## Minas Gerais

### Adido do consulado de Moçambique é líder de facção criminosa



pois de o ex-chefe da facção, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, ter sido transferido, em 2019, para uma prisão federal.

“É um indivíduo que tem contacto em consulado, que transita no país e fora do país. É uma operação hoje que a ordem não está mais centralizada dentro do presídio, mas na rua. Por isso a importância da operação de hoje”, afirmou o procurador Lincoln Gakiya, na segunda-feira 14.

A Operação Sharks pretendia deter parte da nova direcção da facção e cumpriu 12 mandados de prisão, além de 40 de busca e apreensão.

Pelo menos três pessoas foram presas e outras nove ainda estão foragidas e estão a ser procuradas no Estado.

O Governo de Moçambique ainda não reagiu à denúncia do Ministério Público do Estado de São Paulo.

No portal do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação pode-se ver que o país tem um consulado honorário em Minas Gerais, dirigido ou apenas na pessoa de Deusdete Januário Gonçalves.

O Ministério Público (MP) de São Paulo, Brasil, identificou 21 suspeitos de fazer parte da nova cúpula da facção criminosa Primeiro Comandando da Capital (PCC), que age dentro e fora das cadeias.

O novo chefe, Marcos Roberto de Almeida, conhecido por Tuta, e que está foragido, de acordo com a acusação do MP, ocupa o cargo de adido do consulado de Moçambique no Estado de Minas Gerais.

Ele assumiu o comando de-

## África Digital Festival

### Moçambicano Frederico Silva revelado influente no domínio das tecnologias em África

Foram revelados pela iniciativa Africa Digital Festival, os mais influentes nomes no sector de tecnologias no continente africano, numa lista que contempla 50 países. Os ‘campeões digitais’ de África foram seleccionados de diferentes sectores, incluindo saúde, finanças, educação e governação, tendo todos em comum a utilização de tecnologia para a sua materialização ou criação de plataformas úteis nestes sectores.

Cada um dos listados tem contribuído para a criação, adopção e desenvolvimento de tecnologias, actuando também como activistas para o uso de tecnologia para a mudança social.

Entre os listados está o moçambicano Frederico Silva, que nos últimos sete anos tem estado envolvido no desenvolvimento de várias tecnologias em diversos sectores e actuado como dinamizador do ecossistema no



país, sobretudo no apoio a no-

vos criadores e empreendedores.

De outros países de língua portuguesa foram seleccionados Pedro Lopes (Secretário de Estado para a Inovação e Formação Profissional) para Cabo Verde, Aniceto Carvalho (da Mwango Brain, que presta diversos serviços em tecnologias) para Angola e Aímonia Cabral (da Bandim, loja de comércio digital) para Guiné Bissau.

Para Foster Sam, da iniciativa África Digital Festival, a lista dos 50 inovadores não é um ranking, mas um indicador de alguns dos actores mais relevantes nas tecnologias em África.

O Africa Digital Festival terá a sua primeira edição este ano, em Outubro, com dois dias de sessões online de discussão, aprendizagem e estabelecimento de contactos entre actores na área de tecnologia e inovação no continente.



Ambição de Edmilson Dove

# Quero poder pisar os campos onde evoluem os grande jogadores de futebol

ALFREDO JÚNIOR/ENOQUE CARDOSO

A PSL- Liga Profissional sul-africana de futebol versão 2019/2020 terminou e o defesa esquerdo moçambicano Edmilson Dove, que actua na equipa do Cape Town City, já se encontra em Moçambique para gozar férias após uma época em que fez 28 jogos, marcou 3 golos, recebeu o título de “Man of The Match” e ajudou a formação que representa a terminar no sexto lugar da classificação geral.

**E**m entrevista ao LanceMZ, Edmilson dá a conhecer os detalhes de uma época atípica devido à pandemia da Covid-19, a sua adaptação a esse período estranho na história recente da humanidade, mas também aborda assuntos como a sua influência na equipa do Cape Town City, projecta os próximos jogos da selecção nacional e aborda sem pejo a situação que se vive em Moçambique com a interrupção da actividade desportiva.

**Como é que foi a época do Edmilson no Cape Town City nesta temporada 2019/2020?**

Primeiro agradecer por essa oportunidade de estar aqui a falar um bocado daquilo que foi a minha época meio turbulenta, mas graças a Deus terminou melhor que impossível. É assim, não começamos muito bem a época tendo em conta que perdemos muitos jogos. Provavelmente, não porque a equipa estava a jogar mal, mas sim porque não estávamos entrosados o suficiente. Também depois tivemos a mudança de treinador, o que balançou a estrutura da equipa, mas graças a Deus depois dessa paragem que tivemos a equipa voltou mais unida. Acredito que cada individualidade que faz parte da equipa mudou um bocado o chip e estávamos dispostos a lutar por aquela que é a dignidade do clube, mas também a nossa que é terminar nos primeiros oito lugares.

**E conseguiram. Acabaram terminando na sexta posição. Como se diz na gíria do futebol, o importante não é como começa, mas sim como se termina, e terminaram bem...**

Com certeza. Depois de tanto tempo sem futebol, é certo que o pessoal estava muito faminto de entrar em campo,

mas também porque sabíamos que a posição que nos encontrávamos antes de retomarmos ao futebol não nos dignificava como clube assim como jogadores. É sabido que o Cape Town desde a sua existência tem estado ali nos lugares de cima, então era mais que nossa obrigação fazermos tudo que estivesse ao nosso alcance para pormos o Cape Town City nos lugares onde merece estar.

**O Cape Town foi uma das equipas que conseguiu ter bons resultados depois da pandemia da Covid-19. Qual foi o segredo para que esta pandemia não afectasse negativamente naquilo que foi o rendimento do Cape Town?**

Primeiro eu ia começar por dizer a mentalidade de cada jogador durante este tempo de dificuldades. Nós mesmo durante o tempo de ‘lockdown’ tínhamos sessões de treinos online através do zoom e também depois do Presidente da África do Sul ter permitido que o pessoal saísse para correr,



sarem aos treinos quando começamos a treinar em grupo. Então cada coisa feita durante todo tempo de ‘lockdown’ e depois no regresso acredito que nos ajudou em níveis físicos e também psicológicos porque sabíamos que de uma ou de outra forma tínhamos que dar o melhor de nós para conseguir levar o Cape Town

a melhor época que eu tive desde que cheguei a África do Sul. Conto com três golos e é a primeira vez na minha carreira que marco três golos numa época. Comecei muito bem a época, mas depois da paragem acabei contraindo uma lesão nesta rotina de treinos, corridas na estrada, e quando regresssei já não era a

7 que tínhamos. Isto porque devia descansar por causa do meu joelho. Houve jogos que eu não podia estar em campo por questões extra, mas foi um regresso positivo tendo em conta que os objectivos colectivos também foram alcançados. Individualmente tive uma época brilhante e espero continuar nessa senda de bons jogos para próxima época.

**Nessa senda de bons jogos o Edmilson acabou ganhando o título de “man of the match” é um dos jogos. Qual foi a sensação de receber esse prémio?**

Acho que esse é um dos prémios que provavelmente vou lembrar por muito tempo. Na segunda parte daquele jogo eu estava a sentir muitas dores no joelho e tive que jogar sob injeções, mas não acreditei também depois de ter sido eleito o “homem do jogo”. Podia ter sido qualquer colega meu, pois muitos estiveram bem naquele jogo, mas ser escolhido entre muitos é sempre uma bênção e eu tenho que agradecer a Deus por sempre me dar energia e pela minha determinação de querer mais e mais.

**Ao longo desta época acabou despertando o interesse de outros clubes. Falou-se do Mamelodi Sundowns que podia estar interessado nos seus serviços. Como foi receber essa notícia?**

Eu acho que qualquer jogador que tem a ambição de crescer como jogador, almeja jogar em clubes grandes e o Sundowns é um clube de uma estatura muito grande na África do Sul. Provavelmente um dos grandes de África também. Falando concretamente deste assunto eu acho que foram rumores porque nem eu e nem os meus empresários tiveram conhecimento disso. Acredito que a imprensa escreveu isso ou se calhar alguém tenha dado essa informação. Não sei de onde a informação saiu.

**Na próxima época vai continuar no Cape Town City?**

Claro. Vou continuar no Cape Town City. Ainda tenho contrato de dois anos até 2022, mas para aquilo que são as



o clube também programou treinos baseando-se nisso que poderíamos fazer uma hora de corrida. Também fomos uma das primeiras equipas a regres-

City para onde está hoje.

**Qual é o balanço que faz da sua época a nível dos jogos?**

Individualmente esta foi

mesma coisa porque tinha que conciliar a recuperação assim como os treinos para não perder o ritmo. Graças a Deus consegui fazer 5 jogos dos



minhas ambições não pretendo terminar aqui. Com os jogos que tenho vindo a fazer e com o trabalho que tenho vindo a desenvolver acredito que coisas melhores estão por vir. Enquanto não acontece nada estou no Cape Town City e é o clube que me abriu as portas na África do Sul que me tornou o Edmilson que sou hoje. Provavelmente mais experiente do que aquilo que eu era quando sai do Ferroviário de Maputo.

**Quando trocou o Ferroviário de Maputo pelo Cape Town City muito se falou dessa transferência. Alguns até disseram que o melhor futebol para o Edmilson era o europeu. Na sua visão, depois desses anos na África do Sul que análise é que faz?**

Eu acho que na vida a gente sobe uma escada de cada vez. Eu fui a Portugal e as coisas não correram muito bem. Muitas pessoas sabem disso, mas quando recebi o convite de ir ao Cape Town City era mais um passo que eu tinha de dar e graças a Deus tem sido espectacular. Não sou tratado como um estranho. A gente o que quer é estar num sítio em que nos acolhem da melhor forma possível. As pessoas ainda agora continuam a falar, mas existem coisas que estão além do que eu posso fazer. As oportunidades com certeza que vão aparecer porque eu vou continuar a trabalhar duro até quando os meus pés não puderem mais. Sei que algo bom vai acontecer. Para aqueles que me mandam essas mensagens só tenho a agradecer. Obrigam-me a trabalhar mais porque são pessoas que acreditam em mim e no meu potencial.

**Sente-se realizado no futebol sul-africano ao nível financeiro, emocional? Qual é a sua leitura?**

A minha realização acredito que está para além das finanças e estar na África do Sul. Quero jogar o futebol ao mais alto nível. Quero poder pisar em campos onde grandes jogadores pisam.

Para mim isso é o mais importante. As finanças vêm depois, mas o que eu almejo está muito para além disso.

**Desempenho dos MAMBAS**

**Este ano era de muita expectativa na selecção nacional de futebol, e o Edmilson faz parte do conjunto de jogadores que habitualmente tem sido chamado por Luís Gonçalves. Como é que olha para o facto de não termos realizado jogos por conta da pandemia da Covid-19?**

É como eu sempre tenho dito, a vida é mais importante que qualquer outra coisa. Sem vida não se faz nada. Foi uma situação que nos deixou meio tristes porque estávamos numa senda de bons resultados e a selecção estava a entrosar-se muito bem, mas quero acreditar que isso não afectou só a nossa selecção, afectou a todo mundo. A mentalidade que eu tenho é de que temos que continuar a trabalhar do mesmo jeito que temos vindo a fazer e garantir que Moçambique esteja qualificado para qualquer competição que teremos.

**O trabalho vai regressar dentro em breve. Já em Outubro Moçambique tem uma data FIFA por cumprir perspectivando-se realizar jogos fora de Moçambique. Aventa-se a possibilidade de ir jogar contra Guiné-Bissau ou Gâmbia em Portugal. Como é que vê esse regresso da selecção que está para breve?**

Acredito que vai ser importante principalmente porque temos objectivos a alcançar e também para os jogadores que militam no campeonato moçambicano e não têm vindo a ter muita rodagem isso vai ser importante. É difícil ficar muito tempo sem treinar e sem jogar. Os níveis físicos vão acusar em algum momento, mas acredito que esses jogos de controle vão ser importantes para se ver em que estágio cada jogador está. Só

sinto por aqueles que militam no campeonato moçambicano porque vai ser difícil. Já é difícil agora ter que ficar em

rente. Cada individualidade tem aquilo que lhe identifica e isso para mim é o que me identifica. Mas eu já no Fer-



roviário de Maputo tinha tatuagens. Agora acrescentei.

roviário de Maputo tinha tatuagens. Agora acrescentei.

**O que o Edmilson gosta de fazer fora do futebol?**

Eu como muito [risos] quando estou em Cape Town saio às vezes e vou à praia, mas sou uma pessoa mais caseira. Ver filmes, escutar músicas, conduzir quando estou meio preocupado com algo e respirar um pouco.

**E como é viver em Cape Town que é uma cidade muito agitada, culturalmente muito evoluída, uma cidade que até é considerada a Euro-**

**pa daqui da África do Sul?**

Cape Town é aquele sítio que muitas pessoas querem estar principalmente no verão. É uma cidade que atrai muitos turistas e também porque tem muitos sítios bonitos para ir. Tem sido uma experiência única. O importante para mim é as pessoas olharem para mim com respeito e eu também tenho que respeitar as mesmas.

**Cape Town foi uma das cidades arrasadas pela pandemia da Covid-19. Como é que foi ficar confinado?**

Na verdade, é difícil. Vais ter que sair para o supermercado porque precisas de produtos alimentares, vais tocar em algo sem perceber e não é fácil, mas a gente faz o que pode, com máscara, e eu sou uma pessoa que comprou uma caixa de luvas para evitar esses problemas. Cape Town foi um dos sítios que quando isto começou a maioria das pessoas olhavam com ignorância. Não respeitavam as regras. Podia encontrar muita aglomeração de pessoas, mas acredito que agora estão a baixar. Temos que aprender a nos adaptar a qualquer situação que encontramos na vida.

**Edmilson vive aqui tão perto que é a África do Sul, mas também tão longe que é Cape Town. Como é que se tem mantido informado sobre aquilo que é o dia-a-dia do futebol moçambicano? Se informa através do LanceMZ?**

Com certeza. Só tenho que agradecer a vós por sempre me darem o update das coisas que acontecem aqui. É lá onde vejo muitas notícias do nosso futebol, a retoma do campeonato que tem acontecido no mundo do futebol, aqui em Moçambique. É importante estar informado sobre essas coisas porque sou moçambicano e tenho amigos aqui que agora não estão a jogar e as famílias, provavelmente, dependam disso. Com a informação que tenho recebido de vós consigo ligar para os meus amigos procurar saber como eles estão isso é importante (LANCEMZ).

**Comercial**



- CONT: 873342771
-  LANCE.CO.MZ
-  LANCE.CO.MZ
-  LANCE.CO.MZ
-  LANCE.CO.MZ
-  LANCE.CO.MZ



# O Hip Hop quebrou a minha timidez

SILVINO MIRANDA

**António Baptista Magaia Júnior, de nome artístico Bathist, tem 33 anos, residente no Belo Horizonte, técnico de Informática é praticante de três artes culturais, nomeadamente: a Poesia, o Hip Hop e arte cénica e actor.**

**B**athist como carismático é tratado no mundo artístico, fala de como entra para a vida artística, começando primeiro pelo Hip-Hop.

“Abrazei a arte do Hip-Hop no início de 1999, comecei a Repar nesse ano, a escrever letras, e uma das coisas que eu me apercebi é que o Hip Hop é acerca da sociedade, e que um Mc é um informador que faz críticas com vista a mudança de comportamentos sociais nocivos, ou seja o Mc tem de ser um agente positivo de transformação social”.

“Nesse âmbito, o Hip Hop quebrou a minha timidez porque passei a xpor-me com frequência para fazer Freestyle, fez-me começar a ler livros de histórias, poemas para estar informado, deu-me auto estima e também a responsabilidade de ser um agente de mudança social positiva”.

No dia 1 de Agosto de 2020, depois de todo este percurso como Mc, Bathist finalmente lança a sua primeira EP intitulada 1 Mc Perdido em MPT, a mesma esta disponível num

site Moçambicano de nome Mocambicano <https://musicambicano.com/AlbumDetalhes.aspx?AlbumID=NgAwAA>, que é um site de venda de música e também está disponível numa plataforma internacional chamada BandCamp: <https://bathistdmc.bandcamp.com/album/1-mc-perdido-em-mptparaescutaevenda>.

“Eu notei que existiam mensagens que eu queria transmitir de profunda e intensa vontade, mas não musicalmente, foi quando abrazei a poesia em 2004. Comecei a escrever um dia de noite depois de ter assistido um documentário de Malangata-na que motivou-me bastante.

Bathist afirma que começa a escrever poesia, e também foi escrevendo prosa, e afirma que era imaturo ainda, mas felizmente teve o Celso que na altura trabalhava na editora Njira como seu crítico.

Ainda no âmbito da poesia, ele diz que frequentou vários eventos poéticos, como: ICMA, Ascendente Bar, que lhe permitiram aprender com os outros e melhorar a escrita, “criamos um movimento literário chamado



Xithokozelo, aliado ao Centro cultural Ntindza, onde organizamos vários saraus de poesia e foi lá onde aprendi a declamar”. Mais tarde frequentou o Palavras São Palavras, e esteve no grupo dos Primeiros finalistas da maior batalha de poesia do País intitulada Moz Slam. Foi finalista nas duas edições 2018 e 2019.

Bathist diz que Já há muito tempo que tinha paixão pelo Cinema, mas não tinha ainda tempo livre. Em Março de 2019, matriculou-se e fez curso de Teatro no Centro cultural Brasil Mo-

çambique que durou de Março a Dezembro. “Após o curso criamos um Grupo de Teatro chamado Gikalangu e escrevemos a nossa primeira peça de Teatro intitulada “O Artista na Sociedade” apresentamos esta peça 2 vezes com a sala lotada no CCBM, Uma vez na casa Velha, e no passado dia 26 de Agosto, apresentamos pela primeira vez em formato Live no CCBM, a peça esta disponível na página do Facebook do CCBM.

Bathist afirma que não é fácil conciliar todas essas artes, mas afirma ser um trabalho necessário e deixa a sua opinião de como deve ser feito para conciliar essas ou outras áreas de cultura: “Uma das fórmulas para saber conciliar é perceber, qual é o Sujeito poético(criativo) que está a falar mais alto em determinado momento, é o poeta? é o rapper? Ou o actor? Conforme a voz criativa gritar, assim eu posso identificar e dar mais atenção no momento criativo ao sujeito(arte) que mais quer se manifestar artisticamente”, compartilha o jovem.

Ele diz que teve vários desafios ao longo desse percurso artístico, “Bom foram muitos desafios, um dos desafios foi aprender a encarar o público e o outro foi vencer as minhas emoções, quando comecei a declamar, foi quando aprendi a encarar o pú-

blico, declamar é diferente de ler, declamar é saber pontuar cada emoção do texto e quando percebemos que declamar é Encenar, percebemos que somos Actores no palco com a missão de passar Uma mensagem”.

\*Vencer as emoções\* bom um Artista é um indivíduo com emoções como qualquer ser Humano. Mas um actor deve ser capaz de ser maior que suas emoções e ser profissional saber separar a sua vida privada, da sua vida no palco, eu aprendi a superar este desafio no Teatro, não importa o que aconteceu na sua família ou vida pessoal, quando estas no palco és actor e tens que vestir a personagem o melhor possível, frisou o artista.

António Baptista ou simplesmente Bathist. Deixa uma mensagem a todos amantes da cultura: “A mensagem que eu gostaria de passar é: Ser Artista na nossa Sociedade é sinonimo de loucura, por razões económicas e de vária ordem a pergunta é se voce vai assumir ou não essa loucura? Doi menos aceitar a sua verdade do que a mentira dos outros. Meu conselho, é Aprenda a fazer a sua arte da melhor maneira possível, se exponha para aprender com os outros e nunca desista porque há quem te Vai admirar e de certeza você será a referência que muitos querem ser sem pagar o preço”.

# Segurança privada retratado em livro

Foi lançado na quinta-feira, 10 de Setembro, na cidade de Maputo, o livro “Actividade de Segurança Privada em Moçambique”, de Pedro Maciel Baltazar. Através da obra, o autor pretende levantar uma reflexão sobre aspectos essenciais da segurança privada no País.

**P**ara o autor, existe, actualmente, um vazio legal uma vez que esta actividade é regulada por um decreto do Conselho de Ministros, quando, ao abrigo da Constituição da República, só a Assembleia da República, em regime de exclusividade, pode tratar de matérias ligadas à segurança.

Ou seja, “estamos perante uma inconstitucionalidade em termos de órgão e matéria, porque quem regulou foi o poder Executivo, e não o Legislativo”, sublinha Pedro Maciel Baltazar, para quem existe uma necessidade urgente de se aprovar uma legislação que regule a actividade da segurança privada para sanar esta inconstitucionalidade.

Por isso, “espero que o livro ilumine o legislador. Temos uma necessidade de aprimorar a nossa legislação. Não podemos continuar a ter um sector regulado por um decreto inconstitucional”.

Para além de ser inconstitucional, prossegue o autor, o actual decreto é superficial e evasivo, por exemplo, em matérias de formação profissional. “Esta é uma actividade que requer um tratamento mais cuidado no que diz respeito à formação”.

Neste sentido, a obra aborda, para além de outros aspectos, a formação profissional, trazendo programas, conteúdos, planos temáticos e analíticos, distribuição de horas de trabalho, carreiras profissionais, assim como matérias do interesse do ministério de



tutela, neste caso o do Interior.

Importa realçar que a actividade de segurança privada no nosso País vem regulada desde 1990, tendo começado a operar quatro anos depois com cinco empresas. Esta indústria não mais parou de crescer, contando em Dezembro de 2019 com cerca de 150 empresas em exploração e com efectivos a rondarem os 120.000 vigilantes.

Oficial e Comandante de Transmissões e Telecomunicações, Comandante Militar Superior e Bacharel em Engenharia de Telecomunicações Militares formado na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Pedro Maciel Baltazar é Capitão na Reserva das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Trabalha na actividade de

segurança privada há 27 anos, tendo sido um dos pioneiros em Moçambique no sector. Já desempenhou funções como membro e presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Associação das Empresas Moçambicanas de Segurança Privada (AEMSP), organização da qual é o actual presidente do Conselho de Administração, em cumprimento do segundo mandato.

É licenciado em Ciências Jurídicas, mestre em Direito das Empresas e em Gestão de Empresas. Recentemente, obteve o grau de Doutor em Direito Privado. Para além de trabalhar na actividade de segurança privada, Pedro Maciel Baltazar é docente de diversas áreas do saber, tais como Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito Civil, Direito do Trabalho, Sociologia do Direito, Direito Económico, Direito dos Contratos e Ciência e Arte de Negociação.



# Ai que saudades!



Conjunto musical os Jaguares

# Mapiko, essa mistura de música, dança e máscara



**M**apiko é manifestação cultural do povo Maconde, originário da província de Cabo Delgado, norte de Moçambique. Mapiko é o nome dado à manifestação cultural tradicional e à máscara utilizada por ela. Tal manifestação mistura música, dança e cena. Rodeado de mistérios e segredos; ao som de batusques e cantos tradicionais, o mas-

carado realiza sua dança. A manifestação, tendo como base o imaginário do povo Maconde, apropria-se do mundo espiritual e cria a convicção da existência de ligação lógica entre o dançarino mascarado e as suas crenças. O Mapiko possibilita, através da arte, a representação dos diferentes modos de estar na vida espiritual, usando a força da sua história e do seu quotidiano, transmitindo em cada dança as suas convicções.



**Renovação de assinaturas para 2021**

# ZAMBEZE

ONDE A NAÇÃO SE REENCONTRA

Av. 25 de Setembro, Nr. 1676 • Cell: 82 30 73 450 • esmelifania2002@gmail.com • Maputo

**Renovação de assinaturas para 2021**

JAIME NOGUEIRA PINTO

# O Complexo e Perigoso Mediterrâneo Oriental

**N**ós que fomos criados no mundo bipolar da Guerra Fria, ainda estranhamos, às vezes, as formas de conflitualidade no mundo actual. Essas formas estão, contudo, a tornar-se comuns – se não mesmo a norma – nas zonas periféricas do centro euro-americano-asiático, onde a existência de poderes de primeira grandeza, com armas nucleares, funciona como um travão para a conflitualidade activa no terreno.

Mas a tensão cresce em várias zonas e uma delas é, sem dúvida, o Mediterrâneo Oriental, uma área que envolve o Próximo Oriente, as costas da Líbia e as zonas marítimas limítimas entre a Turquia e a Grécia.

O nó do conflito está num país em guerra civil, desde a queda do ditador Kadafi, na sequência de um levantamento popular nos tempos da “Primavera Árabe”, levantamento posteriormente apoiado pelos Estados Unidos, pela França e pela Grã-Bretanha. Para além de objectivos “humanitários” parece que, em Londres e Paris, havia a preocupação de evitar que Kadafi, que na sua generosidade de influência, apoiara vários políticos europeus, não ficasse em condições de contar as suas memórias. Desse modo, o ditador em fuga, acabou miseravelmente massacrado numa barafunda sangrenta, em Sirte, a sua terra natal. Um drone americano alertara uma esquadrilha de jactos franceses que atacaram o comboio automóvel em que o líder líbio tentava escapar. Depois disto ele refugiara-se numa canalização e fora linchado pe-



los perseguidores. Algumas das suas guardas do famoso batalhão das “Amazonas” de corpo, foram mortas na mesma ocasião.

Hilary Clinton, então Secretária de Estado de Obama, estava em Islamabad no Paquistão e, num discurso anunciou a sua esperança da “determinação da Líbia de começar uma nova democracia...”

Não acertou. O que então começou, e não seria de esperar outra coisa, foi uma longa guerra civil, entre diversas facções que, num terreno desértico propício a rápidos avanços e recuos de forças móveis (lembremo-nos das campanhas do deserto de Rommel na Segunda Guerra Mundial) se

transformou num beco sem saída.

As forças em confronto desde 2015 são o Governo de União Nacional de Faïez Sarraj, que é reconhecido pelas Nações Unidas e ocupa Tripoli, no Oeste do país. Na Cirenaica, no Leste está o Exército Nacional Líbio (ENL), do general (ou marechal) Khalifa Haftar. Entre as duas forças tem havido um vaivém que dura há anos, com tentativas de parte a parte de esmagar o adversário, até hoje sem sucesso.

O problema cresceu com a intervenção de poderes regionais e não só. O Egipto do general Al-Sisi e os Emiratos Árabes Unidos apoiaram o general Haftar, enquanto a Turquia do Recep

Erdogan decidiu apoiar o governo de Unidade Nacional (GUN), ajudando-o a defender Tripoli. Graças a este apoio, Erdogan obteve do GUN um acordo sobre a zona marítima exclusiva (ZME) líbia rica em hidrocarbonetos. Só que este acordo viola os direitos de gregos e cipriotas nessas mesmas águas e estes não parecem dispostos a aceitar.

Erdogan que, apesar de alguns reveses eleitorais, continua a gozar de ampla popularidade na Turquia e que na sequência do falhado golpe militar do Verão de 2016, saneou do Exército os elementos pró-NATO, tem apoiado os Irmãos Muçulmanos, os inimigos mortais de Al-Sisi. O

presidente turco, um líder forte e autoritário, tem desenvolvido uma política de nacionalismo pós-otomano, procurando reconstruir, pelos caminhos da influência político-económica e militar-religiosa, os limites da influência do antigo império, destruído pela Grande Guerra.

Só que, autocrata nacional atrai autocrata nacional, líder carismático atrai líder carismático. E Vladimir Putin, que conseguia salvar o seu protegido sírio Al Hassad, veio também apoiar o marechal Haftar, usando as companhias militares privadas do tipo “Wagner” ou semelhantes e fazendo chegar armamento sofisticado ao ENL.

Israel, com um Primeiro-Ministro sob alguma pressão mas agora forte do seu entendimento com os Emiratos mediado pelo Presidente Trump, também deu o seu sinal de ajuda à Grécia, em relação às pretensões turcas na ZEE do Mediterrâneo Oriental, um gesto a que se seguiu a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros grego, Nikos Dendias, ao seu colega Gabi Ashkenazi.

Tudo isto é complicado e insólito, sobretudo se recordarmos que quer a Turquia, quer a Grécia, inimigos históricos, são por enquanto aliados na NATO.

E tudo se complica ainda mais, com a “retirada” dos Estados Unidos deste jogo de influências e choques, também em função de uma certa independência energética em relação ao Médio-Oriente, uma questão em que nenhum dos candidatos parece querer tocar durante a campanha eleitoral, dada a importância e sensibilidade da comunidade judaica nos Estados Unidos.